

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de Concentração: História da Educação

**A EDUCAÇÃO EUGÊNICA E AS CRÍTICAS DE LIMA BARRETO:
A REPRESENTAÇÃO DOS CONTRÁRIOS**

NEILA PAULA DA SILVA

MARINGÁ
2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO: MESTRADO
Área de Concentração: História da Educação

**A EDUCAÇÃO EUGÊNICA E AS CRÍTICAS DE LIMA BARRETO:
A REPRESENTAÇÃO DOS CONTRÁRIOS**

Dissertação apresentada por Neila Paula da Silva, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: História da Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora:
Prof^a. Dr^a.: MARIA LUCIA BOARINI

MARINGÁ
2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

S586e Silva, Neila Paula da
A educação eugênica e as críticas de Lima Barreto : a
representação dos contrários / Neila Paula da Silva. --
Maringá : [s.n.], 2008.
100 f.

Orientador : Prof^a. Dr^a. Maria Lucia Boarini.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de
Concentração: História da Educação, 2008.

1. Educação. 2. Eugenia. 3. Barreto, Lima, 1881-1922. 4.
História da educação. I. Universidade Estadual de Maringá.
Programa de Pós-Graduação em Educação. II. Título.

CDD 21.ed. 370.9

NEILA PAULA DA SILVA

**A EDUCAÇÃO EUGÊNICA E AS CRÍTICAS DE LIMA BARRETO:
A REPRESENTAÇÃO DOS CONTRÁRIOS**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Lucia Boarini (Orientadora) – UEM

Prof^a. Dr^a. Vera Regina Beltrão Marques – UFPR

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Gomes Machado – UEM

Maringá, _____ de _____ de 2008.

AGRADECIMENTOS

À Prof^a Dra. Maria Lucia Boarini, por sua dedicação, paciência e, principalmente, por ter acreditado em mim, muito mais do que eu mesma.

Às Professoras Dra. Maria Cristina Gomes Machado, Dra. Vera Regina Beltrão Marques e Dra. Mirian Hissae Yaegashi Zappone, pela contribuição para o desenvolvimento deste trabalho.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá, pela compreensão e carinho.

Aos funcionários da secretaria do Programa de Pós-Graduação em fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá, Hugo e Márcia, pela generosidade, atenção e disponibilidade.

Aos meus amigos Marcos Pires, Dhênis, Roberta e Giordane, pelo apoio e companheirismo.

À minha família pelo incentivo e amor.

Aposentado como estou, com relações muito ténues com o Estado, sinto-me completamente livre e feliz, podendo falar sem reboços sobre tudo o que julgar contrário aos interesses do país. Os poucos níqueis que a minha aposentadoria rende, dar-me-ão com o que viver, sem ser preciso normalmente escrever pelinescas biografias de figurões, para comprar um par de botinas. (BARRETO, 2004a, p.351)

SILVA, Neila Paula da. **A Educação Eugênica e as Críticas de Lima Barreto: a representação dos contrários**. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof^a Dr^a Maria Lucia Boarini. Maringá, 2008.

RESUMO

O objetivo geral deste estudo é investigar a contribuição da educação escolar para o ideário da eugenia, no período de 1913 a 1931, no Brasil. Temos, ainda, como objetivo específico analisar as críticas do escritor Lima Barreto, até 1922, ano de sua morte, sobre educação, raça, alcoolismo e loucura. Para tanto, fizemos uma análise histórica, utilizando como fonte de pesquisa autores e documentos da época, contextualizando assim, o objeto estudado. Considerando a riqueza de acontecimentos sociais e do material produzido na época pelos adeptos da eugenia, elegemos como fonte primária para nosso estudo o **Boletim de Eugenia** (1929-1931) e o livro intitulado **Melhoremos e prolonguemos a vida: a valorização eugênica do homem** (1922). Em relação ao escritor Lima Barreto, optamos pelo estudo e análise de suas obras não ficcionais. Como as obras selecionadas para este estudo nos possibilitavam várias análises sobre diferentes aspectos que constituíram a sociedade brasileira no início do século XX, o enfoque desta pesquisa se ateve às categorias: educação, raça, alcoolismo/loucura. Como resultado desta pesquisa, pudemos destacar que, para os adeptos da eugenia, a mistura entre raças era o fator principal das mazelas sociais e da degenerescência da população brasileira. Nesse sentido, a educação eugênica deveria fazer parte do conteúdo didático das escolas de todos os níveis, conscientizando os indivíduos da importância da procriação e do aperfeiçoamento da raça para o Brasil tornar-se uma grande nação. Para os eugenistas a educação dos mais aptos, seria verdadeiramente o progresso, pois o degenerado – biologicamente inferior –, a educação nada ou quase nada poderia fazer. Já que todo hábito adquirido não é transmitido aos seus descendentes. O escritor Lima Barreto não viveu o período áureo do movimento eugenista no Brasil, quando em 1929, realizou-se o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia na cidade do Rio de Janeiro. Sua morte ocorreu em 1922, quando estas idéias estavam em ascensão no Brasil. Entretanto, Lima Barreto já questionava os pressupostos científicos de caráter eugenista, que explicavam as desigualdades sociais apoiados no paradigma da ciência da natureza. Suas críticas eram extensivas à organização e aos conteúdos dos diferentes níveis do sistema educacional por não formar indivíduos críticos e só favorecer “aos bem nascidos ou pela fortuna ou pela posição dos pais” (BARRETO, 2004i, p.299-306).

Palavras-chave: Educação; Eugenia; Lima Barreto.

SILVA, Neila Paula da. **Eugenic Education and Lima Barreto's Criticism: the representations of contrary factors.** 100f. Dissertation (Master's in Education) – Universidade Estadual de Maringá. Supervisor: Prof^a Dr^a Maria Lucia Boarini. Maringá, 2008.

ABSTRACT

The contribution of schooling education towards the eugenic ideal in Brazil during the 1913-1931 period is provided. The research specifically aims at investigating Lima Barreto's critique up to his death in 1922 with regard to education, race, alcoholism and madness. A historical analysis is given through research on authors and documents of the period within the contextualization of the object under analysis. Since there is a great deal of social events and materials produced during the period the followers of Eugenia flourished, the *Boletim de Eugenia* [Magazine of Eugenics] (1929-1931), and the books *Melhoremos e prolonguemos a vida: a valorização eugênica do homem* [Improvement and life extension: man's eugenic valorization] (1922), will be the primary source of current investigation. The study and analysis of the non-fictional works of Lima Barreto have been opted upon. Since Barreto's works selected for current analysis provides several investigations on different aspects that formed Brazilian society at the start of the 20th Century, current focus will limit itself to the categories of race, alcoholism and madness. Results show that for Eugenics people miscegenation was the main factor of the Brazilian population's social haphazardness and degradation. Eugenic education was therefore be part and parcel to the didactic contents of schools at all levels making people aware of the importance of procreation and racial improvement in Brazil so that it might become an important nation. For Eugenists the educations of the most capable persons would be true progress. Degenerated persons, biologically inferior, can scarcely benefit from Education since acquired habits are not transmitted to their progenies. Lima Barreto, who died in 1922, was not present during the golden period of the Brazilian eugenic movement when the First Brazilian Congress of Eugenics was held in Rio de Janeiro in 1929 and when Eugenics was at its height. However, Lima Barreto opposed the scientific presuppositions of the eugenic character which explained social non-equalities by the paradigms of the science of nature. His criticism was extensive to the organization and to the contents of the different levels of the educational system which did not prepare critical subjects.

Key words: Education; Eugenics; Lima Barreto.

SUMÁRIO

1	SÓ HÁ UM CAMINHO: EUGENIZAR A RAÇA.....	8
2	O SISTEMA EDUCACIONAL DA ÉPOCA E AS CRÍTICAS DE LIMA BARRETO.....	22
2.1	A EDUCAÇÃO DE LIMA BARRETO.....	29
2.2	“A SUPERSTIÇÃO DE (SER) DOUTOR”.....	33
2.3	A EDUCAÇÃO EUGÊNICA: UMA PROPOSTA MÉDICA DE EDUCAÇÃO	38
3	“A NATUREZA NÃO TEM RAÇAS NEM ESPÉCIES; ELA SÓ TEM INDIVÍDUOS”.....	49
3.1	“ESSA SINISTRA TEORIA DA HERANÇA DE DEFEITOS E VÍCIOS”.....	60
4	LIMA BARRETO: UMA DISCUSSÃO ATUAL.....	75
5	REFERÊNCIAS.....	78
	APÊNDICE.....	85

1 SÓ HÁ UM CAMINHO: EUGENIZAR A RAÇA

O objetivo geral deste estudo é investigar a contribuição da educação escolar para o ideário da eugenia, no período de 1913 a 1931, no Brasil. Temos, ainda, como objetivo específico, as críticas do escritor Lima Barreto, até 1922, ano de sua morte, sobre educação, raça, alcoolismo e loucura.

Este trabalho faz parte do Grupo de Pesquisa e Estudo sobre Higienismo e Eugenia, no Brasil (GEPHE, 2000) que, por sua vez, integra o Programa de Pós-graduação em Educação, na Área de Concentração: Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá.

Justificamos a escolha do tema por sua atualidade, pois assistimos no dia-a-dia a uma profusão de descobertas e aplicações científicas que trazem à tona questões que, de certa forma, apresentam similaridades com as preocupações dos eugenistas do início do século XX. Na área médica, por exemplo, já podemos escolher as características do filho que queremos ter, começando por sua saúde e terminando na cor dos olhos, cabelos. Segundo Garrafa (2003), um casal de americanas lésbicas e surdas optou por fazer a fertilização *in vitro* com o esperma de um homem surdo, porque queriam uma filha surda, pois entendiam que só poderiam criar e educar uma menina com essas características.

Na aproximação com esta temática, vamos observar que a preocupação com o “homem saudável e produtivo” é uma questão antiga que remonta há três séculos a.C.¹. Porém, o termo eugenia, que significa *eu* (boa); *genus* (geração), foi cunhado, em 1883, pelo médico naturalista e antropólogo Francis Galton (1822-1911). Em 1869, este publicou o livro intitulado *Hereditary Genius*, em que estabeleceu a eugenia como uma ciência biológica. Anos depois, em 1905, fundou o *Eugenics Record Office* – o primeiro laboratório de eugenia – anexo à Universidade de Londres, destinado ao estudo da hereditariedade.

Sua teoria teve grande aceitação e as sociedades eugênicas e seus adeptos a difundiram por várias partes do mundo. Nos Estados Unidos, por

¹ Na obra **Política** (384-323 a.C.) de Aristóteles (1985), já existe uma “intenção eugênica”. Para este filósofo grego, a educação desempenha papel significativo na medida em que instrui o homem no sentido de torná-lo um ser ideal, um homem virtuoso e para isso ser concretizado, três coisas concorrem: a natureza (*physis*), o hábito (*éthos*) e a razão (*logos*).

exemplo, 28 universidades incluíram o ensino desta ciência em seus currículos. Criou-se, também, a *The Eugenics Education Society*, em que se fez um apelo aos estudiosos de várias áreas, como biologia, sociologia, medicina e política, para constituírem um comitê internacional com o objetivo de estudar e pesquisar a doutrina galtoniana. Na sequência, em 1912, sob a responsabilidade da Universidade de Londres, houve o *First Internacional Eugenics Congress*, em que compareceram cientistas renomados do mundo todo.

Em 1912, Renato Ferraz Kehl (1889-1974), que anos mais tarde, passaria a ser considerado um dos maiores publicistas da eugenia no Brasil, participou do *Congresso Internacional de Eugenia*, realizado na Universidade de Londres, onde teve contato inicial com a eugenia, ciência que acreditava ser a chave para a regeneração humana. O ideário eugênico tinha como meta, aperfeiçoar as qualidades e reduzir ao mínimo as imperfeições do homem. Para Kehl este ideário deveria ser praticado em nosso país, onde proliferavam doenças endêmicas e epidêmicas (febre amarela, malária, varíola, lepra, etc), porque “[...] se esforça pela elevação moral e physica do homem, que uma vez dotado dessas qualidades optimas será o elemento de paz na família, na sociedade, na humanidade” (KEHL, 1922, p.27).

O ideário eugenista passa a figurar nos debates científicos no Brasil, por volta do início de 1913, quando o primeiro artigo sobre eugenismo no Brasil de Horácio de Carvalho foi publicado no Estado de São Paulo, intitulado “Eugênese ou a seleção das raças humanas feito pelo próprio homem”. Houve também, no mesmo período, a publicação de uma breve nota sobre o assunto, feita por João do Rio. E, em 1914, Alexandre Tepedino apresentou à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro uma tese intitulada “Eugenia”. E, segundo Kehl (1922), eram estas as únicas publicações brasileiras sobre este assunto.

No dia 13 de abril de 1917, foi proferida por Kehl a primeira Conferência sobre Eugenia realizada na Associação Cristã dos Moços (ACM) de São Paulo, a convite dos seus diretores, e publicada na íntegra, no dia 19 do mesmo mês no Jornal do Comércio. Neste período, as propostas e encaminhamentos de caráter eugênico já contavam com defensores contundentes, como Afrânio Peixoto, Belisário Penna, entre outros.

Em janeiro de 1918, foi fundada a Sociedade Eugênica de São Paulo, a primeira do gênero criada na América do Sul, contando com 140 associados. Tal fato despertou interesse no Brasil e também na América Latina. Com o crescimento da simpatia pelo ideário eugenista, em 1919, foi publicado, também os “Anais de Eugenia” que continham o relato das atividades realizadas na Sociedade Eugênica de São Paulo. Para Kehl (1922), a partir deste momento, começaram a aparecer alguns trabalhos sobre eugenia e o número de adeptos começou a crescer.

A Sociedade Eugênica de São Paulo, por meio de suas publicações, estimulou em alguns países sul-americanos como Peru e Argentina, a formação de núcleos eugenizadores, compartilhando seus ideais com os novos entusiastas da eugenia. Segundo Kehl (1929b), verificou-se também o mesmo interesse em outros países sul-americanos, em função das dezenas de adeptos que mantiveram correspondências com a aludida associação.

O trabalho incessante dos adeptos da eugenia continuou crescendo, e em 30 de janeiro de 1929, realizou-se, na cidade do Rio de Janeiro, o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, idealizado e organizado pelo Presidente da Academia Nacional de Medicina Dr. Miguel Couto (1865-1934). Pelas obras por nós consultadas, este é um dos momentos mais importantes do movimento em prol da eugenia no Brasil.

Havia, entre os eugenistas, a intenção de fundar o Instituto Brasileiro de Eugenia, pois entendiam que somente a realização de congressos não era suficiente para difundir seus ideais eugênicos. Era necessário ainda um lugar específico para os estudos e demais atividades com caráter permanente:

O Instituto teria três secções distintas: uma de propaganda, uma de actividade pratica e outra de estudos scientificos. Eis ahi, leitores amigos, em largos traços, o que seria um Instituto Brasileiro de Eugenia, que um dia, talvez, se torne realidade, nesta grande Terra, onde ainda ‘canta o sabiá’ (KEHL, 1929d, p.1).

A fim de concretizar este objetivo, conforme assinala Kehl (1931b) em março de 1931, foi fundada a Comissão Central Brasileira de Eugenia (CCBE). Uma agremiação composta por dez integrantes que se propunha: a estimular o interesse no Brasil pelas questões da hereditariedade e da eugenia; difundir os

ideais de regeneração física, psíquica e moral dos homens; incentivar e auxiliar os empreendimentos relacionados à eugenia e temas afins; e manter correspondências com as principais associações da Europa e da América do Norte.

A partir desses movimentos em prol da eugenia, diferentes publicações – livros, panfletos, resumo de trabalhos científicos, artigos – apresentavam temas com conteúdo de caráter eugênico, em que médicos, políticos e educadores discutiam a situação brasileira. Os eugenistas tinham como preocupação a doença mental; o contágio de doenças sexuais (enfermidades transmissíveis); o “malefício” do cruzamento de raças, o controle da natalidade, o alcoolismo, a imigração; a educação, entre outras. Discutiam os problemas relacionados às moléstias que assolavam o Brasil, como a febre amarela, a sífilis, a tuberculose, a lepra, o cólera considerados problemas de saúde pública. Os eugenistas apresentavam propostas e soluções para o controle dessas doenças² que fragilizavam a saúde dos brasileiros naquele período.

Isto não significa que não houvesse discordâncias entre os próprios eugenistas. Havia divergências teóricas entre eles, embora, todos partissem de um ponto em comum: a hereditariedade como causa de todo mal à sociedade. Divergências que, grosso modo, se configuravam como os seguidores Lamarck³ e os seguidores de Mendel⁴. Dos defensores das idéias de Lamarck, podemos citar Renato Kehl e das idéias de Mendel, podemos citar Octavio Domingues. Apesar desta diferença intra-grupo dos eugenistas, “as divergentes concepções acerca das aplicações da eugenia à realidade do país apareceriam quase que restritas ao fator racial, motivo maior de todas as controvérsias” (MARQUES, 1994, p.67).

² No ano de 1912, morreram, apenas na cidade do Rio de Janeiro, 3.746 pessoas infectadas pela tuberculose e 1.174 pessoas morreram infectadas pela sífilis (KEHL, 1922).

³ Teoria de Lamarck (1744-1829) que afirma que os hábitos adquiridos passam para os filhos (MARQUES, 1994).

⁴ Teoria de Mendel (1822-1884) que aplica as leis da herança genética aos homens, fundo hereditário (MARQUES, 1994).

A imprensa jornalística⁵ teve papel fundamental neste processo, na qual, os adeptos da eugenia divulgavam suas idéias, esclareciam dúvidas e faziam críticas. Estabeleciam, ainda, debates, respondiam perguntas, publicavam as mais recentes descobertas científicas e faziam convites para os eventos a serem realizados.

Enfim, as inúmeras questões abordadas e discutidas pelos eugenistas nos possibilitam inúmeras investigações. Entretanto, em vista dos limites de uma dissertação de mestrado, fizemos um recorte nestas inúmeras possibilidades e, nesse sentido, elegemos para análise às categorias raça, alcoolismo e loucura, pois para os eugenistas, estas se constituíam em algumas das principais causas do caos que vivia a sociedade brasileira, o que justifica delimitá-las para estudo. Elegemos ainda, como categoria de análise, a educação, que era entendida como uma possibilidade de transformar o Brasil numa grande nação.

No que se refere à raça, segundo Lundborg (1931), o cruzamento do branco com o negro, era desaprovada e desestimulada. Embora houvesse controvérsias entre os eugenistas, quanto aos benefícios e malefícios da mistura de raças, alguns eugenistas, principalmente, Kehl, estavam convencidos de que a raça branca era naturalmente “superior” em relação ao negro, naturalmente “inferior”. Assim, quando misturada estas raças traziam sérios danos à sociedade e à raça branca. Do ponto de vista eugênico, a mistura entre ambos, só trazia vantagens para o negro e jamais para o branco.

O negro era julgado como improdutivo, indolente, irresponsável, fraco, feio e de caráter duvidoso. Seu casamento e procriação eram desestimulados, pois todas essas características eram entendidas como hereditárias, bem como os genes defeituosos herdados de seus ancestrais, como a loucura e o alcoolismo.

Quanto ao alcoolismo, para os eugenistas, era uma questão de hereditariedade e uma fonte de degeneração da raça, estando intrinsecamente relacionado à criminalidade. O alcoolista era visto como emocionalmente instável, propenso ao crime e um degenerado que precisava ser combatido. O alcoolismo era considerado um problema de saúde pública que incapacitava o indivíduo para

⁵ Jornal da Capital e dos Estados: “O Correio da Manhã”; “Estado de São Paulo”; “O Globo”; “A Noite”; “Brasil Médico”; “Diário de Minas” e “Diário Nacional”.

o trabalho, gerava violências e crimes por toda cidade, destruía lares, aumentava a depravação sexual e a propagação das doenças venéreas. Isso exigia das autoridades uma ação efetiva, no sentido de conter estes vícios na sociedade brasileira.

Portanto, a proibição do casamento e da procriação dos alcoolistas, bem como o isolamento em manicômios e/ou prisões comuns, eram algumas das alternativas encontradas pelos eugenistas. Mas, na tentativa de diminuir os efeitos nocivos do álcool, tinham também como propostas a elevação dos impostos das bebidas, o estabelecimento de horários de funcionamento para bares e aumento da fiscalização sobre o comércio dessas bebidas alcoólicas.

A loucura era também considerada hereditária, desse modo, passível de ser evitada na medida em que o casamento entre as pessoas acometidas de loucura fosse impedido. Para as pessoas acometidas por esses males, ou seja, o vício do consumo de bebidas alcoólicas e a loucura, o isolamento, a segregação e/ou aprisionamento eram necessários, pois havia a necessidade de proteger a sociedade desses “criminosos”. O “louco” era visto como um ônus para a sociedade produtiva e um elemento esteticamente “feio”, portanto, não poderiam procriar gerando outros “loucos”. Essas eram algumas das propostas, de caráter eugenista, para a solução do problema relacionado à loucura.

Os adeptos da eugenia propunham, também,, outras alternativas para os problemas da nação e, a educação seria uma delas. Aos professores e educadores, caberia ensinar as noções de higiene e a responsabilidade individual no processo de procriação. Os alunos deveriam ser instruídos sobre como se processa a reprodução; a importância do matrimônio; o ensino da genética e da hereditariedade, nas escolas primárias, secundárias e no ensino superior, bem como desenvolver hábitos saudáveis não só dentro da escola, mas para toda vida:

A educação é indubitavelmente, a alavanca mestra do progresso social, sendo necessario, **porém, ter em conta também a alavanca mestra do progresso biológico que é a aplicação das leis da hereditariedade, segundo os preceitos da eugenia** (KEHL, 1929b, p.47-48, grifo nosso).

Desta forma, a “educação eugênica”⁶ pretendia ir muito além das questões já colocadas, desenvolvendo a consciência, a responsabilidade e a civilidade, pois o Brasil era considerado um país de analfabetos e precisava estabelecer-se como nação. Deste modo, a eugenia “[...] se esforça pela elevação moral e physica do homem, que uma vez dotado dessas qualidades optimas será o elemento de paz na familia, na sociedade, na humanidade” (KEHL, 1922, p.27).

E esta “elevação moral e física” caberia aos guardiões da hereditariedade resolver, pois:

Não basta mudar de ambiente. Onde quer que o homem habite, sejam quaes forem as acções a que se o submetta, suas reacções offerecem sempre as mesmas tendencias. Não é potestativo da alimentação, do clima, da religião, nem da cultura fazer homens bons ou maus; que gozem ou se entristeçam [...] A instrucção e a educação podem engrandecer pelo cultivo algumas qualidades e restringir outras; poderão dar um verniz (KEHL, 1929b, p.47-48).

Sem nos propor ao aprofundamento da questão, devemos assinalar que, no Brasil, como precursoras da eugenia, tivemos as teorias racistas ou degenerativas⁷. Entre os viajantes que conheceram e escreveram sobre o Brasil, seguidores dessas teorias, devemos destacar Ferdinand Denis⁸ e Arthur de Gobineau⁹. Entre os literatos brasileiros que escreviam sobre as questões raciais, encontramos a conhecida “geração 1870”, composta por Sílvio Romero, José Veríssimo, Araripe Junior e Capistrano de Abreu, considerados críticos da literatura e da sociedade. Ventura (1991) relata que eles discutiam a literatura, a cultura brasileira, a partir do cruzamento de raças e línguas e consideravam algo negativo para a formação da sociedade brasileira.

⁶ Termo cunhado por Kehl que significa educar os escolares para um novo ideal de homem, equilibrado, saudável, que não visa somente o seu próprio bem, mas também de toda a sociedade.

⁷ Etnologia é o estudo das diferenças étnicas; Frenologia é o estudo que determina a partir da estrutura do crânio o caráter e a capacidade mental do indivíduo; Evolucionismo doutrina filosófica baseada na idéia de evolução e Antropologia ciência cuja finalidade é descrever o ser humano e analisá-lo com base nas características biológicas.

⁸ Ferdinand Denis esteve no Brasil entre 1816 a 1820.

⁹ Arthur de Gobineau esteve no Brasil entre 1869 a 1870. Em 1854 publicou sua obra intitulada Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas.

As teorias degenerativas foram algumas das formas de interpretação e explicação da natureza e da cultura brasileira, no final do século XIX e início do século XX. Havia quem se opusesse a elas, como, por exemplo, Machado de Assis, José de Alencar e Aluísio de Azevedo. Contudo, para Ventura (1991), no que se refere à crítica ao preconceito, ao racismo, ao cientificismo e a educação nas primeiras décadas do século XX, tiveram destaque, principalmente, as obras de Euclides da Cunha, Lima Barreto e Graça Aranha. Estes escritores denunciaram em suas obras, fatos políticos e sociais contemporâneos da sociedade brasileira, com o objetivo de diminuir a distância entre a realidade e a ficção. Esses literatos se opunham a essas teorias destacando em suas obras as qualidades do negro, do mulato e do índio, ressaltando os tipos humanos marginalizados, considerados como elementos “degeneradores” da raça.

Tendo em vista esses aspectos, a literatura pode constituir-se como fonte de pesquisa em nossos estudos, pois a literatura é uma forma de expressão das lutas e embates travados pelos homens em uma determinada época, assim como a arte, a pintura e a ciência: “encontramos nos textos literários do período, uma farta descrição de práticas, hábitos e costumes da sociedade e a tentativa de expressão, direta e indireta, da cultura e da mentalidade da época, tanto das elites econômicas e políticas como a do povo [...]” (XAVIER, 2002, p.1).

Neste estudo, optamos pelas obras não-ficcionais de Afonso Henriques de Lima Barreto – conhecido na literatura por Lima Barreto – como fonte primária, porque viveu num período de importante efervescência das idéias em prol da eugenia. É reconhecido pela literatura brasileira como um talentoso escritor. Sua história pessoal também foi determinante em nossa escolha, pois além de ser mulato, pobre e alcoolista, foi internado no hospício¹⁰ por duas vezes, características pessoais condenadas pela eugenia. Viveu e manifestou seu inconformismo em relação ao racismo e preconceito, deixando sua opinião explícita em suas obras.

Lima Barreto não chegou a se formar – ter um título acadêmico –, mas devido às suas leituras, dedicação e “amor às letras”, falava com firmeza e convicção sobre as questões sociais que estavam na ordem do dia, como

¹⁰ O primeiro internamento de Lima Barreto ocorreu durante o período de 18 de agosto a 13 de outubro de 1914; o segundo, de 25 de dezembro de 1919 a 02 de fevereiro de 1920.

pobreza, preconceito social, política, racismo, ciência e educação. Apaixonado por literatura, lia o que era produzido no Brasil, como também no exterior. Assinava revistas e encomendava livros escritos em inglês e francês e possuía uma biblioteca particular com mais de 600 livros. O escritor discorria em suas crônicas sobre diversos assuntos de interesse da sociedade: “li nos jornais, porque leio todos os jornais [...]” (BARRETO, 2004d, p.263-264).

Para entender as críticas de Lima Barreto, sobretudo, o seu conceito de educação, é necessário lançar um olhar sobre a totalidade das relações que os homens travaram no período da história brasileira em que o escritor nasceu e viveu sua infância e juventude, pois suas idéias não podem ser entendidas fora do contexto histórico de sua produção. Talvez Lima Barreto nunca tenha se dado conta da existência das agremiações internacionais que advogavam o ideário eugenista. Nas obras por nós consultadas, nada encontramos a respeito. Mas não apenas era sensível à propagação destas idéias, mas as sentia “na própria pele”. Assim, viveu e traduziu seu inconformismo em relação a estas teorias científicas tão fortemente veiculadas e defendidas em sua época. Leitor ávido e interessado por muitos assuntos, lia sobre antropologia, psicologia, sociologia, história, ciência e demonstrou grande interesse pelas teorias científicas, mesmo desconfiando que elas não responderiam às questões que se propunham a responder (BARRETO, 2004a, p.13).

O escritor Lima Barreto viveu até 1922, época de ascensão da eugenia. Data de 1900 os primeiros escritos de Lima Barreto. Entretanto, suas obras póstumas, escritas entre 1915 a 1922, representam seu período de maior produção, no que se refere às discussões e questionamentos sobre as teorias científicas, bem como, temas relacionados à educação, à raça, ao alcoolismo e à loucura. Antecipou questões que permanecem pertinentes não só alguns anos após sua morte – o que nos possibilita fazer a interlocução entre seus pensamentos, críticas e reflexões – e o ideário eugênico, mas também continuam atuais.

Nesse sentido, ao considerar a riqueza de acontecimentos sociais e da literatura produzida na época por Lima Barreto e os limites de um trabalho desta natureza, realizamos um recorte na literatura de sua autoria, contemplando suas obras não-ficcionais e de cunho memorialístico. Nestas obras, estão contidas

parte de suas reflexões, questionamentos e desabaços sobre seu sofrimento. Para tanto, adotamos como fonte principal e primária as seguintes obras póstumas de Lima Barreto.

- **Cemitério dos vivos** (2004): apresenta, na primeira parte, o diário de sua permanência no casarão da Praia Vermelha, o Hospício Nacional de Alienados, durante sua segunda internação, no período de 25/12/1919 a 02/02/1920; na segunda parte, o esboço ficcional daquela experiência, mas, ao morrer, o texto fica inacabado. Foi publicado pela primeira vez sob o título *Diário íntimo*, em 1953.

- **Um longo sonho do futuro** (1998): compreende cinco partes: I. Diário íntimo (rascunhos do escritor) escrito entre 1900 a 1921; II. Diário do hospício (invenção e vivência) escrito em 1920; III. Correspondência, escrito entre 1904 e 1920; IV. Entrevistas, escrito entre 1904 e 1922, e V. Confissões dispersas – não foram datadas – e Manifestos e desabaços, escritos entre 1911 a 1922. Trata-se, de uma coletânea que incorpora ao registro do dia-a-dia, esboços de ficção, correspondência pessoal, entrevista e artigos para a imprensa, extraídos de quatro volumes que integram as obras: *Bagatelas* (1923), *Feiras e Mafuás* (1953), *Marginália* (1953) e *Impressões de leitura* (1953)¹¹.

- **Toda crônica**: Lima Barreto (2004): organização de Rachel Valença e apresentação e notas de Beatriz Resende. São dois volumes que resultaram de uma pesquisa que reúne o conjunto completo das crônicas de Lima Barreto. Totalizando 462 crônicas que estão dispostas por ordem cronológica. O volume 1 corresponde ao período de 1890-1919 e o volume 2 corresponde ao período de 1919-1922¹².

Como fonte de informação sobre Lima Barreto, pesquisamos os escritores Maia (2000), Oliveira (2000) e Tufano (1998), que ressaltam a linguagem simples e comunicativa do escritor, bem como suas críticas aos aspectos burocráticos da sociedade brasileira de sua época. Esses autores abordam ainda algumas obras de Lima Barreto, nas quais o reconhecem como um importante cronista e ficcionista da nossa literatura.

¹¹ Toda crônica escrita por Lima Barreto encontra-se no apêndice deste trabalho.

¹² O Apêndice ao final deste trabalho, traz o rol das crônicas completas escritas por Lima Barreto com suas respectivas datas de publicação.

Em relação ao tema eugenia, elegemos como fonte primária, para nosso estudo, o **Boletim de Eugenia**, publicado entre janeiro de 1929 a dezembro de 1931, foi editado e dirigido por Renato Ferraz Kehl, tendo como público alvo a classe culta e de mediana cultura, advogados, médicos, professores, pais e políticos. Este periódico mensal divulgava as idéias, bem como os trabalhos e pesquisas sobre o tema eugenia, realizados não só no Brasil, mas em vários países. Neste periódico continham indicações de livros, artigos científicos, anúncios, pesquisas, divulgação de eventos, indicação de livros nacionais e estrangeiros, congressos e concursos. Havia uma grande diversidade de temas como saúde, beleza, sexualidade, alcoolismo, imigração e moradia. Todos referentes às preocupações da época, sem perder de vista a questão da nacionalidade. A partir de junho de 1929, o **Boletim de Eugenia** passou a ser um suplemento da importante revista médica, *Medicamenta*¹³. Não encontramos nenhuma referência em relação às razões do encerramento desta publicação.

Selecionamos, também, como fonte primária de pesquisa o livro de Renato Ferraz Kehl, intitulado **“Melhoremos e prolonguemos a vida: a valorização eugénica do homem”** (1922). Livro que reúne seus artigos publicados em jornais e revistas nacionais e estrangeiros.

Utilizamos também obras e documentos de outros autores desse período para melhor compreensão do tema proposto. Para a apresentação dessas idéias, preservaremos a escrita da época, bem como faremos uso de citações longas, pois as consideramos um recurso importante, possibilitando ao leitor outras interpretações. As obras selecionadas, para estudo de Lima Barreto, estão com a ortografia atualizada, devido à sua edição recente e pela impossibilidade de consultar os originais.

Para analisar este trabalho, partimos do princípio de que qualquer estudo de um fenômeno deve ser contextualizado, pois somente assim poderemos apreender a sua totalidade e não vê-lo apenas como um fato isolado, mas como um fenômeno que apresenta contradições e que não ocorre de forma harmoniosa. Porque tanto a sociedade quanto a natureza estão em permanente e contínua

¹³ Maiores informações sobre este periódico, o leitor pode encontrar em Mai (1999).

transformação, renovação e desenvolvimento. Tudo se transforma, tudo se relaciona, nada mais é senão a interpretação dos contrários.

O recorte realizado sobre o período compreende, inicialmente, o ano de 1913, por ser este o início dos debates científicos em relação à eugenia no Brasil, de acordo com Kehl:

Antes mesmo de 1913, – data em que apareceu, talvez o primeiro artigo sobre eugenismo no Brasil [...] Acompanhando de perto o movimento eugenico da Europa e dos Estados Unidos, procuravamos sempre, tudo que dizia respeito a esse movimento no Brasil. [...] ninguém mais, no nosso conhecimento, cuidou da sciencia de Galton, entre nós (KEHL, 1922, p.36-37).

Privilegiamos o ano de 1931, como recorte final do nosso estudo, data da última edição do periódico **Boletim de Eugenia**.

A exposição do resultado deste estudo será organizada da seguinte forma:

No Capítulo 2, descrevemos o sistema educacional do período, as reformas, as propostas para o ensino, principalmente o ensino superior. Apresentamos também, o escritor Lima Barreto, sua vida escolar e seu pensamento sobre a instrução pública. Faz criticas à má qualidade do ensino ofertado, à formação de doutores “burros” e à “estagnação mental” dos professores que não se atualizavam. Já, os adeptos da eugenia apostavam no professor e na escola de todos os níveis de ensino. Faziam propostas e encaminhamentos de caráter eugênico, com o objetivo de conscientizar os alunos sobre a responsabilidade da reprodução. Isto seria feito por meio da educação sexual, incluindo temas como noções de hereditariedade, genética e higiene social.

Em seguida, no Capítulo 3, discutimos a raça e as propostas eugenistas para o melhoramento e a purificação da raça. Para a maioria dos eugenistas, apesar dos opositores, dentro do próprio grupo, os males que assolavam o Brasil, era resultado da intensa miscigenação, principalmente do negro com o branco. Nesse sentido, faziam prescrições sobre os casamentos que deviam ser evitados entre as diferentes raças. Investigamos também, como era a relação entre “negros” e “brancos” neste período, e relatamos a incredulidade do escritor Lima Barreto sobre as teorias racistas e suas críticas a respeito. Enfocamos ainda, a

obra de Lima Barreto, o Diário do hospício, em que relata suas dificuldades em relação ao vício do álcool e seus questionamentos sobre a loucura e o tratamento dispensado aos considerados “loucos” e “criminosos”. Nesta perspectiva, questiona a ciência e seus representantes, que afirmavam ser a loucura, o alcoolismo e o crime, um problema hereditário, não levando em conta os aspectos sociais e econômicos, como também o desabafo do escritor em relação ao seu sofrimento como alcoolista e interno de um hospício, bem como seus questionamentos sobre si mesmo e sua rejeição às certezas da ciência que “tudo pode”. Discorremos, também, sobre a solução para combater e controlar o alcoolismo e a loucura, que sendo problemas hereditários, de acordo com os eugenistas, não havia outra alternativa que não fosse o isolamento das pessoas “degeneradas”, acometidas da loucura e que tivessem o vício do alcoolismo. Por fim, apresentamos nossa conclusão sobre este estudo.

No Brasil, o doutor (e olhem que eu escapei de ser doutor) é um flagelo, porque se transformou em nobreza e aos poucos foi açambarcando posições, fazendo criar coisas novas para eles, arrendando com o preconceito doutoral as atividades e as competências (BARRETO, 2004e, p.179).

2 O SISTEMA EDUCACIONAL DA ÉPOCA E AS CRÍTICAS DE LIMA BARRETO

O nascimento de Afonso Henriques de Lima Barreto¹ – conhecido na literatura como Lima Barreto – ocorreu numa sexta-feira, em 13/05/1881, portanto, no final do II Império, num momento de grande agitação política em torno da questão da abolição dos escravos. Era filho de João Henriques de Lima Barreto², tipógrafo de um jornal do Partido Liberal, e de uma professora que lecionava em sua residência³, Amália Augusta.

O escritor aprendeu as primeiras letras com a mãe e iniciou sua educação formal aos seis anos de idade, em 1887, na escola D. Teresa Pimentel do Amaral, na cidade do Rio de Janeiro. No ano seguinte, no dia do seu sétimo aniversário, foi assinada a Lei Áurea 13/05/1888, isto é, aconteceu a abolição da escravatura, a cujos festejos Lima Barreto assistiu, levado pelo pai. Um ano e meio depois, no dia 15/11/1889, quando havia um tumulto entre liberais e monarquistas, ocorreu, a queda do Império e a proclamação da República.

Com isto, o novo sistema de governo, o Estado “[...] já nasce totalmente intrincado com os interesses das elites e marcado pela produção de excluídos” (SANTOS, 2002, p.121). Décadas mais tarde, essa visão foi compartilhada por Lima Barreto, em sua crônica “O momento”, escrita para o jornal Correio da Noite em 13/03/1915, para quem a República era o regime:

O nosso regímen atual é da mais brutal plutocracia, da mais intensa adulação aos elementos estranhos, aos capitalistas internacionais, aos agentes de negócios, aos charlatães tintos com uma sabedoria pacotilha. Não há entre os ricos, entre os poderosos, nenhuma generosidade; não há piedade, não há

¹ Lima Barreto é o segundo filho do casal João Henriques/Amália Augusta, que teve mais quatro filhos sendo que o primeiro, Nicodemos veio a falecer logo após o nascimento (1879) e, depois de Lima Barreto (1881), vieram Evangelina (1882), Carlindo (1884) e Eliezer (1886).

² O pai de Lima Barreto, João Henriques, enlouqueceu em outubro de 1902, aos 49 anos de idade, e veio a falecer dois dias após a morte do escritor, em 03/11/1922.

³ Logo após o casamento de Amália Augusta, realizado em 7 de dezembro de 1878, João Henriques montou um pequeno colégio para meninas, o Santa Rosa, nas Laranjeiras, onde foi residir com a esposa. Em 1884, já com a saúde debilitada, Amália Augusta não pôde mais lecionar e o pequeno colégio teve que ser fechado (BARBOSA, 1975).

vontade, por parte deles, desejo de atenuar a sua felicidade, que é sempre uma injustiça, com a proteção aos outros, com o arrimo aos necessitados, com o fervor religioso de fazer bem. Eu, há mais de vinte anos, vi a implantação do regímen. Vi-a com desgosto e creio que tive razão (BARRETO, 2004f, p.174).

Tanto a abolição da escravatura (1888) quanto proclamação da República (1889), engendraram problemas ligados à modernização do Brasil, exigindo do novo governo, políticos e segmentos progressistas da sociedade soluções para vários problemas sociais. Tais fatos estão claramente marcados na obra de Lima Barreto.

Esses acontecimentos, tão importantes na vida nacional brasileira, impulsionaram o primeiro surto industrial, além de estabelecerem uma política imigratória, iniciar a organização do trabalho livre e inaugurar, com a queda do Império, a experiência de um novo regime político, o republicano (AZEVEDO, 1996).

Nesse período, o país atravessava uma crise em seu sistema de produção, necessitando de mão-de-obra qualificada e de povoamento da Nação. A solução proposta era o incentivo à imigração européia. Para os governos da época, a imigração resolveria este problema, substituindo o trabalho escravo, além de incrementar o povoamento do país e promover o “branqueamento” da raça brasileira, muito afetada pela miscigenação que sofrera desde os primeiros anos da colonização, em conseqüência da mestiçagem de brancos, pretos e índios, e pela predominância de mulatos na população. O imigrante, em geral, já vinha, também, preparado para assumir as ocupações deixadas pelos escravos. Mas, nem todos os imigrantes eram desejados. A imigração dos asiáticos, por exemplo, não era estimulada no Brasil e esse pensamento era compartilhado pelos eugenistas:

A Academia Nacional de Medicina considerando que o homem é o maior patrimonio de uma nação; considerando que o Brasil tem como seu primeiro dever zelar este patrimonio, melhorando a sua formação ethnica e presidindo á sua selecção social; quer que seja o seu valor, são absolutamente inassimilaveis no Occidente, por differenças fundamentaes de religião, de lingua, de indole e de costumes; considerando que as leis eugenicas e econômicas se oppõem á entrada de elementos dessa origem no territorio brasileiro, resolve, de conformidade com o art. 2º dos seus

Estatutos, endereças à Câmara dos Deputados a expressão do seu applauso ao substitutivo da comissão de Agricultura e Indústria, o qual emendou o projeto 291, de 1923 e reduziu annualmente, o numero de immigrantes asiaticos a cinco por cento [...] (ARCHIVANDO..., 1929, p.3).

O aumento de imigrantes que se estabeleciam no Brasil, o grande número de libertos à procura de trabalho e o desenvolvimento das indústrias, transformavam a estrutura econômica e social brasileira, e “[...] não podiam ficar sem efeitos sobre os hábitos e a mentalidade, sobretudo das populações urbanas” (AZEVEDO, 1996, p.604). Esta situação gerava uma preocupação em relação à educação a ser ofertada, bem como seu conteúdo e método de ensino.

Vê-se, portanto, que a preocupação com a nova ordem política, a República, substituta do Império, colocava uma nova questão em discussão: que tipo de cidadão formar?

Na efervescência dessas transformações políticas e sociais, o debate e a discussão acerca dos problemas da educação se acirram, pois o Brasil era, então, um país de analfabetos. Dados estatísticos da época, apesar de imprecisos, demonstram a precariedade da difusão da instrução popular pelo país.

A República coloca a necessidade de que a imprensa, os publicistas, os literatos e, sobretudo, os parlamentares da época se engajassem num movimento de luta em prol da modernização do país, propondo a reforma da educação como a solução do problema: “[...] a ignorância reinante é a causa de todas as crises; a educação do povo é a base da organização social, portanto, o primeiro problema nacional; a difusão da instrução é a chave para a solução de todos os problemas” (NAGLE, 1978, p.263).

Durante a República, a questão que por toda parte se agitava era a questão da:

[...] preeminência dos estudos literários sobre os estudos científicos, permaneceu sem solução através dos planos dos diversos reformadores, legisladores ou ministros de Estado, que se abstinham de examinar, para optar por uma delas, qualquer das soluções propostas para a pendência, velha de um século, e que consistiam ou na criação de dois tipos de ensino (sistema de bifurcação) um com a preponderância das letras, e outro com o predomínio das ciências, destacando-se os dois ramos de um tronco comum, ou na estreita associação dos estudos literários e

científicos, com a qual se pretendia pôr em pé de igualdade as duas culturas [...] (AZEVEDO, 1996, p.619).

Neste período, os questionamentos, em torno da educação, que pretendiam ofertar, estavam estreitamente ligados às necessidades de formar burocratas, para ocupar os cargos públicos e privados no Brasil:

A abolição do regime servil não acarretou, como não podia acarretar, de um momento para o outro, a transformação da mentalidade que com ele se formou, de descaso com a ciência e pela técnica e desprezo pelas atividades de base manual e mecânica. Nem a estrutura industrial que apenas começava a edificar-se em algumas regiões, como Rio de Janeiro e São Paulo, podia elevar ao primeiro plano das preocupações políticas, na organização dos sistemas escolares, as diversas culturas técnicas que visam pôr ordem na economia da nação, pela prática da orientação profissional e da aprendizagem racional e pela adaptação dos homens ao material e às tarefas industriais (AZEVEDO, 1996, p.626).

No início do século XX, propagou-se a idéia de que a escola teria de ser um dever do Estado e teria que ser obrigatória para todo o cidadão. Portanto, ela deveria ser gratuita e laica. Apesar da reivindicação dos parlamentares reformistas acerca da universalização da educação popular, a primeira Constituição da República de 1891 evidencia o descaso para com a educação primária, mantendo sua descentralização, estabelecida desde 1834 e mantendo as determinações do Ato Adicional (AA). Nesta Constituição, coube à União o direito de criar e controlar o ensino secundário acadêmico e o superior em todos os níveis, no Distrito Federal. Aos Estados outorgou o dever e competência com relação ao ensino primário e o profissionalizante, que, na época, faziam parte das escolas normais, ou seja, de ensino médio para moças e o técnico para rapazes (ROMANELLI, 2000, p.41).

Desse modo, observamos que a Constituição da República, de 1891, manteve essas disposições sobre a educação, num momento em que se desejava a modernização do país, visto que o controle central sobre a organização do ensino secundário era necessário: regulava o acesso ao nível superior, contudo, a proliferação de inúmeras propostas de reformas continuaria. Entre as reformas, destacam-se a Reforma Benjamin Constant (1890), Epitácio

Pessoa (1901), a Reforma Rivadávia Corrêa (1911), a Reforma Carlos Maximiliano (1915) e a Reforma Rocha Vaz (1925) (AZEVEDO, 1996, p.620).

Essa descentralização tornava muito precária a situação do ensino primário nas diversas regiões do país, pois a falta de recursos, devido a um sistema falho de tributação e arrecadação, impossibilitou as províncias de criarem uma rede organizada de escolas. O resultado foi que:

[...] a maioria dos colégios secundários acabaram em mãos particulares, acentuando o caráter classista do ensino, porque somente as famílias de alto poder aquisitivo podiam pagar a educação de seus filhos. Esses colégios se tornaram meros cursos preparatórios para o ensino superior, [...] foi uma decorrência da pressão exercida pela classe dominante, a fim de acelerar o preparo de seus filhos e assim interligá-los no rol dos homens cultos (ROMANELLI, 2000, p.40).

Diferentemente da Reforma Rivadávia Correia que propunha a autonomia entre os dois graus de ensino, fixando que o certificado de conclusão do ginásio serviria apenas como atestado de freqüência e aproveitamento de estudos no superior, as reformas Benjamin Constant, Epitácio Pessoa e Carlos Maximiliano fizeram do ensino secundário uma passagem única para o superior. Essa última reforma “[...] reforçava essa tendência entre os dois graus, por meio do vestibular e da necessidade de certificado de conclusão do secundário, obtido por via de exames finais e preparatórios, para o ingresso no superior” (LOPES, 2006, p.3).

As reformas Benjamin Constant (1890) e Rivadávia Correia (1911) corresponderam a um sistema de idéias e trouxeram um conteúdo filosófico mais ou menos definido, foram ainda, pelo seu caráter de espírito de sistema, as mais radicais e distanciadas do meio a que se destinavam. A reforma Benjamin Constant, pretendendo dar um caráter científico ao plano dos estudos secundários, apenas constituiu um tipo de ensino enciclopédico, enquanto a reforma Rivadávia Correia não atingiu: “[...] como a de Benjamin Constant, a estrutura do ensino secundário, subtraindo-o à interferência do Estado e reinstaurando por lei o regime de livre competição ou concorrência” (AZEVEDO, 1996, p.620).

No entanto, observamos que as reformas de Benjamin Constant e seus muitos regulamentos nunca se realizaram. A única parte posta em execução:

[...] foi a tabela de vencimentos, porque estes haviam sido nelas aumentados [...] tinham, entretanto, tais reformas o mérito grande de criar um movimento a favor do ensino público, um estímulo à Nação para que dele se ocupasse como uma necessidade urgente (VERISSIMO, 1985, p.19).

Desse movimento, em favor do ensino público, participou Lima Barreto, fazendo sua crítica à organização do sistema escolar da época.

Nesse período, não havia nessa organização interesse em relação à disseminação de conhecimento para toda população. Nessa época, a preocupação central era com o ensino superior. Nesse sentido, Lima Barreto critica a organização do ensino secundário e seu caráter seletivo. Em sua crônica “Pela” seção livre, na Revista Contemporânea em 29/03/1919, afirma:

O procedimento do governo federal no que toca à instrução secundária do Distrito Federal, tem sido até hoje de um descaso sem limites. Contentou-se até hoje com a manutenção de um único externato, tendo matrículas só acessíveis aos filhos de poderosos e influentes. Os outros estabelecimentos que mantém, são ainda mais fechados e segregados à procura da grande massa de infantes. Além disto, não criou colégios secundários para moças; entretanto, apesar desse desprezo, desse esquecimento criminoso, para atender solicitações políticas, aumenta todos os anos os colégios militares, anima a criação de escolas superiores e dá a entender que, quem não for militar ou tiver dinheiro, deve deixar os seus filhos na instrução primária que já da capacidade para ser eleitor (BARRETO, 2004g, p.490).

Desta forma, na época, o interesse do governo central era controlar a organização do ensino secundário, regulador do acesso ao ensino superior, priorizado para as classes dirigentes. Conseqüentemente, todas as medidas tomadas determinavam a articulação entre o secundário e o superior, sendo decisivas no sentido de definir o caráter seletivo e preparatório do ensino secundário. Isso, de acordo com Veríssimo (1985) poderia ser observado não apenas na reduzida quantidade de escolas de nível secundário, mas também, no valor das taxas e contribuições cobradas dos alunos. Esses mecanismos seletivos transformavam os estabelecimentos públicos em instituições privadas, impedindo o acesso das pessoas que não tinham condições financeiras suficientes para pagar a instrução, conforme afirma Lima Barreto em sua crônica “Continuo...”, escrita para o jornal o Correio da Noite, dia 13/03/1915:

Disse anteontem alguma coisa sobre a instrução e não me julgo satisfeito. **O governo do Brasil, tanto imperial como republicano, tem sido madrastra a esse respeito.** No que toca à instrução primária generalizada, coisa em que não tenho fé alguma, toda a gente sabe o que tem sido. No tocante à instrução secundária, limitaram-se, os governos, a criar liceus nas capitais e aqui, no Rio, o Colégio Pedro II e o Militar. **Todos eles são instituições fechadas, requisitando para a matrícula de alunos nos mesmos exigências tais que, se fosse no tempo de Luís XV, Napoleão não se teria feito na Escola Real de Brienne.** Ambos, e, sobretudo, o Colégio Militar, custam os olhos da cara e o dinheiro gasto com eles dava para mais três ou quatro colégios de instrução secundária neste distrito (BARRETO, 2004c, p.181, grifo nosso).

Além disso, na maioria das propostas reformistas predominavam questões elementares de organização, pois o interesse do governo era tornar seletivo, o ensino superior. Num país agroexportador – de café –, como o Brasil, embora houvesse propostas como as de Rui Barbosa e de Fernando de Azevedo, manifestando uma preocupação com a necessidade concreta de universalizar a alfabetização e incrementar o desenvolvimento técnico-científico, o mais importante era formar os burocratas. Assim, o ensino superior é a prioridade das classes dirigentes.

Para Lopes (2006), antes do advento da República, os setores da economia, tanto público quanto privado, precisavam de dirigentes, e essa necessidade de ampliar e diversificar a formação dos quadros burocráticos se intensificou com a proclamação da República, colaborando para aumentar a demanda pela educação secundária e superior, enquanto a escola primária manteve-se nos moldes da velha “escola de primeiras letras”. Isto não significa que não houve falhas no ensino superior:

[...] uma falha capital que é a ausência de universidades ou dessas altas escolas, cujo papel pedagógico se torna função da pesquisa, o ensino, que reside à base das escolas de formação profissional, continuava reduzido à função subalterna de preparação para cursos superiores (AZEVEDO, 1996, p.618).

Em função de todos esses problemas que identificava na organização do ensino secundário e superior, Lima Barreto em sua crônica “A instrução pública”, escrita para o jornal o Correio da Noite, em 11/03/1915, afirmou:

À proporção que tal fato se vai dando, o nível da instrução vai baixando.

Não é nesta nem naquela escola; é em todas.

Essa página de doutor dá panos para as mangas.

Se o governo quisesse extirpar o mal, não deveria manter absolutamente esses cursos seriados.

No que toca à instrução secundária, ainda poderia manter liceus, nos bairros, e prover, de fato, a instrução secundária, no distrito, sem esquecer que o deve fazer também para as moças.

A instrução superior não devia ter seriação alguma.

O governo subvencionaria lentes, ajudantes, laboratórios, etc., sem prometer, ao fim do curso, que o estudante seria isto ou aquilo: bacharel ou dentista; engenheiro ou médico.

O estudante faria mesmo a escolha das matérias que precisasse, para exercer tal ou qual profissão.

Hoje, as profissões liberais [...] prender uma cabeça em um curso e obrigá-la a estudar o que não precisa estudar e não aprender o que precisa aprender.

No mais, a mais livre concorrência [...] (BARRETO, 2004e, p.179-180).

Em geral, durante a República, o ensino secundário continuou sendo um ensino para poucos, garantindo assim, os melhores empregos aos que pudessem se formar. Mas, nenhum nível de ensino escapou às críticas de Lima Barreto. No que se refere aos grupos escolares afirmava que eles não atingiam os objetivos propostos. O escritor criticava não só a sua organização de caráter seletivo o que transformava o ensino público em privado, como também criticava os cursos seriados, pois acreditava que os alunos deveriam estudar somente as matérias que realmente necessitassem para exercer a profissão escolhida. Assim, Lima Barreto defendia uma instrução pública que fosse acessível para todos.

2.1 A EDUCAÇÃO DE LIMA BARRETO

Visto que acompanhava todo o processo de ensino ofertado até então, João Henriques, pai de Lima Barreto, teve como preocupação fundamental assegurar os estudos do filho.

O acesso à educação era privilégio da elite aristocrata, efetivando-se fora do Brasil ou nas escolas particulares. Preocupado com o destino do filho e

desejando formá-lo “doutor”, João Henriques pediu a um grande amigo, o Visconde de Ouro Preto, que custeasse os estudos de Lima Barreto. Naquele período, a deficiência nos níveis da organização escolar brasileira não era apenas quantitativa, mas também qualitativa, pois: “[...] ministrava-se um ensino pobre de conteúdo, desligado da vida, sem qualquer preocupação filosófica ou científica e que somente conseguiu fazer de alguns, indivíduos alfabetizados, de poucos, conhecedores de Latim e Grego, e, de pouquíssimos, ‘doutores’” (HOLANDA, 1985, p.383).

Para Nagle (1978, p.266), ausência de uma política nacional de educação: “[...] é problema sem condições de ser solucionado durante a Primeira República, devido ao argumento de que qualquer esforço nesse sentido feria os princípios federativos agasalhados pela Constituição”.

Devido ao apoio financeiro do Visconde de Ouro Preto, a maior parte da educação de Lima Barreto realizou-se em instituições particulares, a começar pelos primeiros preparatórios, “cedo acabados”. O escritor foi matriculado aos 9 anos de idade, no Liceu Popular Niteroiense, em que estudava a população mais abastada da cidade. Aos 13 anos, Lima Barreto completou o curso secundário, sempre incentivado pelo pai, seu iniciador na literatura: “a minha literatura começou por Jules Vernes, cuja obra li toda. Aos sábados, quando saía do internato, meu pai me dava uma obra dele, comprando no Daniel Corrazzi, na rua da Quitanda” (BARRETO, 2004a, p.82).

A coleção dada pelo pai marcou sua infância e juventude. Ao invés de brincar, passava horas lendo e se imaginando nas grandes aventuras, pois era introspectivo e contemplativo. Lia, também, autores nacionais: “Alencar, Macedo, Manuel de Almeida, Aluísio, Machado de Assis; e também os poetas; Gonçalves Dias, Varela, Castro Alves e Gonzaga, de quem soube de cor várias liras da Marília” (BARRETO, 2004a, p.129).

Aos 14 anos, Lima Barreto prestou os primeiros exames no Imperial Colégio D. Pedro II, único colégio secundário mantido pelo Governo Central, o qual, após a proclamação da República, recebeu o nome de Ginásio Nacional. Em 1895, fez o exame de Português e Francês e estudava com o pai para os próximos, o de História Geral e História do Brasil.

No ano seguinte, Lima Barreto vai para o internato “Paula de Freitas”, preparar-se para ingressar no ensino superior, isto é, na Escola Politécnica. Em 1897, aos 16 anos, concluiu os preparatórios que faltavam – Inglês, Física e Química e História Natural –, após realizar os exames vestibulares, ingressou, ainda, em 1897, na Escola Politécnica. Nessa instituição, estudava para agradar o pai. Na verdade, não queria ser “doutor”. Repetiu o primeiro ano, sendo reprovado em Cálculo, foi ainda reprovado no segundo, em Mecânica Racional, concluindo as outras disciplinas “com muito esforço”.

Nessa época, era forte a presença do positivismo ou comtismo no Brasil, doutrina filosófica elaborada por Auguste Comte (1798-1857), que tinha como proposta, dentre outras, uma educação pública com caráter científico e com o objetivo de desenvolver regras de conduta que criassem uma harmonia e/ou ordem coletiva (COMTE, 1983). Esse pensamento ganhou a adesão dos alunos da Escola Politécnica, como, também, de outras escolas de Direito, Medicina, Ciências Sociais e Jurídicas. Tanto que influenciou a criação da Federação de Estudantes Brasileiros, no final de 1901, cuja base filosófica era o positivismo. Lima Barreto foi eleito um de seus dirigentes, mas ficou por pouco tempo. Desligou-se da Federação, por discordar “[...] da representação dirigida ao Congresso Nacional favorável ao serviço militar obrigatório” (BARBOSA, 2003, p.105).

Na Escola Politécnica, Lima Barreto teve um professor que ele admirava, Oto de Alencar, que o ensinou a reagir contra o positivismo, tão difundido na época. Vale lembrar que questionar o positivismo era considerado, principalmente entre os estudantes, um comportamento ousado, e, assim, o fazia Lima Barreto:

A minha passagem pelo positivismo foi breve e ligeira. Frequentei o postulado cerca de um ano; mas, apesar de me ter convencido de muita coisa da escola, eu, até hoje, nunca pude acreditar que aquele conjunto de doutrinas, capazes de falar e seduzir inteligências, fosse capaz de arrebatam corações com o ardor e o fogo de uma fé religiosa. Deu-me, entretanto, a freqüência daquela curiosa igreja, o gosto pelas leituras de autores antigos, dos mestres que todos nós, em geral, só conhecemos de nome ou por citações de citações. Lembro-me bem, que lá adquiri uma brochura do *Discours de la méthode* de Descartes, em tradução. O que me encantou no livrinho do filósofo francês foi preconizar ele a dúvida metódica, senão sistemática, a tábua rasa preliminar, para se chegar à certeza (BARRETO, 2004a, p.129-130).

Ainda como aluno da Escola Politécnica, assinando como Alfa Z, Lima Barreto começou a escrever para o jornal de estudantes *d'A Lanterna*, periódico de ciências, letras, artes, indústrias e esportes, que mantinha uma seção para cada faculdade e se intitulava como órgão oficioso da mocidade das escolas superiores (BARBOSA, 1975). Nos últimos anos de estudos, Lima Barreto perambulava pelos corredores, a discutir as leituras que fazia, assim:

la pouco às aulas. Era incapaz de se interessar pelas coisas que não amava. Conjugados... Momentos... Teoria do pêndulo... Teoria das áreas... Preferia esconder-se na biblioteca, e devorando Kant⁴, Spencer⁵ [...] e até o velho Condillac⁶ li, e Le Bon⁷, as suas grandes obras [...] quem eu gostava mais de ler, era Condorcet⁸ (BARRETO, 1998, p.336).

Enquanto estudava na Escola Politécnica, Lima Barreto sentia-se incomodado em conviver com a diferença social, pois se vestia de maneira muito simples e destoava no meio de muitos ricos, bem vestidos. Foi nessa escola, que sentiu fortemente, o preconceito racial⁹ e a diferença de classe. Aos 19 anos, desejava abandonar o curso, o que acabou acontecendo, em 1902, quando ele estava com 21 anos de idade. Nesse período, seu pai foi acometido de distúrbio mental¹⁰: “a doença chegou de repente, sem avisar [...] Não passaria pela cabeça de ninguém que a desgraça estivesse tão próxima [...] Era a loucura!” (BARBOSA, 2003, p.127-128).

Por isso, quando o pai enlouqueceu, já muito decepcionado por perceber que pessoas não capacitadas obtinham sucesso e ele tornava-se um estudante

⁴ Immanuel Kant (1724-1804) filósofo alemão.

⁵ Hebert Spencer (1820-1903) filósofo inglês, um dos representantes do positivismo. Adepto da “teoria das raças” ou “darwinismo social”, que utilizava a teoria da evolução de Darwin, na explicação de fenômenos humanos. Seu livro mais conhecido é “A moral evolucionista”.

⁶ Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780) filósofo francês.

⁷ Gustave Le Bon (1841-1931) psicólogo francês, que desenvolveu a teoria que relacionava o homem ao animal. Adepto da “psicologia social”.

⁸ Nicolas de Condorcet (1743-1794) filósofo francês.

⁹ É necessário lembrar que abolição dos escravos era um fato recente, e mesmo sendo considerados “livres”, os “negros” continuaram a serem “humilhados” e excluídos da sociedade (FERNANDES, 1978).

¹⁰ Seu pai acordou no meio da noite, delirando. Depois desse episódio, não voltou mais à realidade. (BARBOSA, 2003).

crônico, sentindo-se perseguido e humilhado, abandonou definitivamente o sistema educacional, mas não os estudos. Como filho primogênito, passava a ter outra responsabilidade, sustentar a família.

2.2 “A SUPERSTIÇÃO DE (SER) DOUTOR”

(BARRETO, 2004).

No Brasil, até 1930, segundo Lopes (2006), não houve teóricos da educação ou profissionais da área, pois o pensamento educacional expressava-se por meio de reflexões efetuadas por publicistas, parlamentares e literatos veiculados particularmente por meio da imprensa. No entanto, acreditamos que o pensamento de Lima Barreto sobre a questão da educação, vai além de uma simples reflexão. Em nosso entender, é uma crítica à educação brasileira, principalmente, a educação de nível superior. Em suas obras, encontramos diversas páginas sobre esse assunto, em que, questionava sua organização, sua qualidade e criticava de forma contundente, o valor “quase divinal” do título acadêmico.

Em expressões formuladas em “Cemitério dos Vivos”, encontram-se desabafos do escritor, que “[...] não sentia nenhuma atração pelo ‘doutorado’ nacional, não sonhava seguir uma carreira de ‘doutor’” (BARRETO, 2004a, p.123), embora tivesse consciência de que ser “doutor” significava ter muitas “qualidades”, inclusive “ser embranquecido”:

Com o diploma, o “pergaminho” da superstição popular [...] Tinha que obter um emprego adequado ao meu título, para isso era necessário dar passos que me repugnavam; arranjar pistolões [...] para não fazer feio, estudar, estar a par das coisas da profissão de que o Estado me investira solenemente [...] e, conquanto elas nada exigissem, eu ficava tacitamente obrigado a não expender umas certas opiniões radicais sobre várias questões que as podiam interessar (BARRETO, 2004a, p.127).

Lima Barreto sentia-se deslocado do meio em que vivia, sofria muito com o preconceito e tinha consciência de que sua formação escolar pouco serviria para

fazer com que as pessoas o vissem de outra forma, isto é, sem discriminação, sem marginalizá-lo.

O escritor questionava-se sobre o momento em que “Mandaria às ortigas o ‘pergaminho’, o canudo, o lacre, o grau, o retrato na tabuleta [...]” (BARRETO, 2004a, p.127). Contudo, continuaria a enfrentar o preconceito, uma vez que vivia num período, acentuadamente, marcado pela crença nas idéias racistas, quando o escritor aponta para:

[...] um formal desmentido ao professor Broca¹¹ [...] esse homem afirma que a educação embeleza, dá, enfim, outro ar à fisionomia. Por que então essa gente continua a me querer contínuo, por quê? Porque o que é verdade na raça branca, não é extensivo ao resto (BARRETO, 1998, p.26).

Lima Barreto sofria por viver numa sociedade onde ser “doutor” implicava ter muito prestígio e consideração. Mas, a despeito de não ter concluído seu curso e apesar de todas as adversidades, continuou estudando durante toda a sua vida. Mesmo no hospício, pouco antes de sua morte, buscava a leitura e escrevia seu diário, suas memórias, adotando um estilo que permitisse concretizar seu objetivo de atingir o maior número possível de leitores, quando viesse a produzir uma grande obra.

Em seus escritos, mesmo quando pensava em produzir uma obra-prima¹², empregava uma linguagem simples e criticava o valor que a sociedade atribuía aos “medalhados”, aos exageradamente adeptos da gramática, das regências, dos complementos e das concordâncias especiais, pois acreditava que era preciso atingir:

[...] o grosso dos legentes. Todo o homem, sendo capaz de discernir o verdadeiro do falso, [...] ao alcance das inteligências médias com uma instrução geral, do que gastar tempo com obras só capazes de serem entendidas por sabichões enfatuados,

¹¹ Paul Broca (1824-1880) famoso anatomista e craniologista francês e estudioso da biologia humana. Para Broca, as diversidades humanas eram observáveis, principalmente, por meio da análise do crânio que era a parte mais importante para demonstrar as diferenças raciais (SCHWARCZ, 1993, p.53-54).

¹² Lima Barreto pensava num romance, descrevendo a vida e o trabalho dos negros numa fazenda, uma espécie de *Germinal* negro, com mais psicologia especial e maior sopro de epopéia. Esse projeto seria sua obra-prima, inaugurando na literatura brasileira uma nova escola, o negrismo (BARRETO, 1998, p.50).

abarroados de títulos e tiranizados na sua inteligência pelas tradições de escolas e academias e por preconceitos livrescos e de autoridades. Devia tratar de questões particulares com o espírito geral e expô-las com esse espírito (BARRETO, 2004a, p.137).

Lima Barreto continuava em sua crônica “A instrução pública”, de 11/03/1915 a sua crítica ao “preconceito doutoral” ou a “Doutomania”¹³ e escreveu como o título fazia com que a pessoa se tornasse diferente do que realmente era, dando-lhe até mesmo nova cor:

Fala-se novamente na reforma da instrução pública e os jornais se preocupam em pedir aos poderes públicos que a façam de forma a evitar os doutores.

No Brasil, o doutor (e olhem que eu escapei de ser doutor) é um flagelo, porque se transformou em nobreza e aos poucos foi açambarcando posições, fazendo criar coisas novas para eles, arrendando com o preconceito doutoral as atividades e as competências.

Ainda não há muito, foi anunciado que os comissários de polícia seriam unicamente os bacharéis em direito; na Estrada de Ferro Central, aos poucos, foram extinguindo, nas oficinas, escritórios e demais serviços técnicos, o acesso daqueles que se vinham fazendo pela prática e pela experiência, para dar os lugares aos doutores engenheiros das nossas escolas politécnicas.

A tendência vai se firmando, de constituir-se entre nós uma espécie de teocracia doutoral.

Os costumes, o pouco respeito do povo, estão levando as coisas para isso.

O doutor, se é ignorante, o é; mas sabe; o doutor, se é preto, o é, mas... é branco.

As famílias, os pais, querem casar as filhas com os doutores; e, se estes não têm emprego, lá correm à Câmara, ao Senado, às secretarias, pedindo, e põem em jogo a influência dos parentes [...].

Nem os jornais escapam a essa superstição. Antigamente, os autores eram conhecidos pelos seus simples nomes; agora, eles aparecem sempre citados com o seu título universitário (BARRETO, 2004e, p.179, grifo nosso).

Lima Barreto foi contundente em suas críticas, quando afirmou que a “superstição do doutor” era tal, que fazia “[...] o governo não raciocinar claramente e proceder contra as mais mezinhas regras do bom senso [...]” (BARRETO, 1998, p.332).

¹³ Termo cunhado por Lima Barreto.

Ao tecer sua crítica, Lima Barreto não atacava o saber, mas, o que estava sendo feito em nome deste saber. Critica, principalmente, a instituição pública, organizada de modo a priorizar os “doutores”, ou seja, o nível superior, isto fica claro quando escreveu em sua crônica “As reformas e os doutores”, na Gazeta de Notícias em 16/01/1921:

Os últimos presidentes da República, se por outras coisas não se têm notabilizado, entretanto, pela quantidade de reformas inúteis e interesseiras que têm assinado, merecem estátuas em praça pública.

Os motivos dessas constantes transformações dos regulamentos oficiais são vários; mas, em geral, elas têm por fim dar empregos a parentes e apaniguados dos “trunfos” da situação [...]

O nosso ensino superior, que é o mais desmoralizado dos nossos ramos de ensino; que se impregnou, com o tempo, de um espírito de serviçal da burguesia rica ou dos potentados políticos e administrativos, fazendo sábios e, agora, privilegiados, seus filhos e parentes – o nosso ensino superior, com as suas escolas e faculdades, não é mais destinado a formar técnicos de certas e determinadas profissões que a sociedade tem “precisão”. Os seus estabelecimentos são verdadeiras oficinas de enobrecimento, para dar títulos, pergaminhos, - como o povo chama os seus diplomas, o que lhes vai a calhar – aos bem nascidos ou pela fortuna ou pela posição dos pais. **Armados com as tais cartas, os jovens doutores podem se encher de várias prosápias e afastar concorrentes mais capazes.** Não tem outro fim atualmente o nosso ensino superior; e, quanto mais as leis e regulamentos favorecem os “formados” para o exercício de cargos que muito remotamente ou nenhuma relação têm com as habilidades que o diploma lhes confere, tanto mais ele há de cair, não só pelo exagerado número de alunos que se encaminharão para os atuais, determinando um inevitável atropelo nos cursos e exames, como também pela criação de novos, que serão por vários motivos insuficientes no que toca a laboratórios, gabinetes, etc., fornecendo um ensino defeituoso; e ainda mais, porque os pais, tios, tutores, vendo o futuro dos filhos, sobrinhos e pupilos, só garantido com o “canudo de lata”, hão de empregar todos os recursos, processos e manhas, para obter a aprovação dos seus candidatos e vê-los afinal munidos com o diploma – “abre-te, Sésamo!”

Quem viveu entre os estudantes, sabe bem o que vale em geral o nosso ensino chamado superior (BARRETO, 2004i, p.299-304, grifo nosso).

Embora os jornais fizessem campanha pedindo aos poderes públicos que as reformas de ensino fossem realizadas de modo a não mais “fabricar” doutores, essa orientação dominava o pensamento e a prática social da época. Nas

repartições públicas, encontravam-se sempre meios de empregar aquele jovem formado que concluíra o nível superior na Escola Politécnica. Isso tudo acontecia com o consenso da sociedade:

Para a massa total dos brasileiros, o doutor é mais inteligente do que outro qualquer, e só ele é inteligente; é mais sábio, embora esteja disposto a reconhecer que ele é, às vezes analfabeto; é mais honesto, apesar de tudo; é mais bonito, conquanto seja um Quasímodo; é branco, sendo mesmo da cor da noite; é muito honesto, mesmo que se conheçam muitas velhacadas dele; é mais digno; é mais leal e está, de algum modo, em comunicação com a divindade (BARRETO, 1998, p.329).

O fato de ser “doutor” implicava ser portador de “qualidades” superiores às daqueles que somente tinham experiência, assim como lhe era permitido se julgar “[...] com mais direito às recompensas e às promoções que os seus colegas, que não têm título algum” (BARRETO, 1998, p.331): “o que o governo e os costumes do Brasil estão fazendo, com essa superstição do “doutor”, é cercear iniciativas, é condenar inteligências inovadoras, senão à obscuridade completa, ao desânimo e ao relaxamento” (BARRETO, 1998, p.333).

Uma das críticas de Lima Barreto ao ensino superior é o fato ser vazio de conteúdo que ensinasse a refletir, destituído de compromisso com a pesquisa e comprometido com a formação de doutores “burros”, que em sua maioria arranjavam empregos que nada tinham a ver com sua formação, em sua crônica “Ideal do Bel-Ami”, escrita para o jornal A. B. C. de 25/11/1916, desabafa:

É doloroso, depois de certa idade, depois de ter perdido muitas das ilusões de menino, vir publicamente demonstrar intolerância [...]
Li nos jornais [...] que o Senhor Miguel Calmon [...] tinha sido designado para reger o curso de Estudos Brasileiros na Universidade de Lisboa [...]
Miguel Calmon é medalhado em máquinas pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas nunca projetou um mancal. Miguel Turene é medalhado em hidráulica pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas nunca montou um encanamento de chumbo em casa burguesa [...] (BARRETO, 2004d, p.263-264).

Observamos, ainda, que, para Lima Barreto, o ensino superior, “era pior” que os outros níveis de ensino, porque era destituído de compromisso com a

ciência e a cultura, sendo bifurcado em ciências humanas (História) e letras (Português). Em uma crítica formulada na crônica “A universidade”, datada de 13/03/1920, dirigindo-se ao leitor comum, o escritor afirma que:

De todos os graus do nosso ensino, o pior é o superior; e toda reforma radical que se quisesse fazer nele, devia começar por suprimi-lo completamente.

O ensino primário tem inúmeros defeitos, o secundário maiores, mas o superior, sendo o menos útil e o mais aparatoso, tem o defeito essencial de criar ignorantes com privilégios marcados em lei, o que não acontece com os dois outros.

Esses privilégios e a diminuição da livre concorrência que eles originam fazem que as escolas superiores fiquem cheias de uma porção de rapazes, alguns às vezes mesmo inteligentes, que, não tendo nenhuma vocação para as profissões em que simulam estar, só têm em vista fazer exame, passar nos anos, obter diplomas, seja como for, a fim de conseguirem boas colocações no mandarinato nacional e ficarem cercados do ingênuo respeito com que o povo tolo cerca o doutor [...] (BARRETO, 2004I, p.152, grifo nosso).

Ao criticar os “doutores sabichões”, Lima Barreto está criticando toda e qualquer formação que não seja motivada pelo “amor ao conhecimento”. Nesse sentido, sua crítica também se estende aos doutores representantes da ciência médica, principalmente, aqueles que se propunham a sanear e organizar a sociedade brasileira.

2.3 A EDUCAÇÃO EUGÊNICA: UMA PROPOSTA MÉDICA DE EDUCAÇÃO

Embora não tenhamos encontrado registros do termo eugenia, nas obras de Lima Barreto, por nós consultadas, a menção a Belisário Penna no texto a seguir, deixa claro que estava atento às discussões e à inserção dos médicos na política e no sistema educacional, na segunda década do século XX. Em “A superstição do doutor”, escrito na Gazeta de Notícias, de 05/1918, Lima Barreto coloca:

Todas as variedades do ‘doutor’ acreditam que os seus privilégios, honras e isenções, como se diz nas patentes militares, se originam do saber, da ciência de que são portadores; entretanto,

entre cem, só dez ou vinte sabem razoavelmente alguma coisa [...] sob o pretexto de saneamento do interior, um jovem sábio, o Senhor Belisário Pena¹⁴, anda fazendo propaganda da criação de um Ministério da Saúde Pública. Este moço é um caso típico da presunção doutoral. Ele, ou não leu a Constituição ou se a leu julga que um medalhão médico, aí qualquer, pode sobrepor-se a ela. Um ministério tão estreitamente profissional há de querer um ministro médico; e como conciliar essa restrição com a nossa lei fundamental, que autoriza o presidente a nomear 'livremente' os seus ministros? A superstição do 'doutor', por parte do povo, e a presunção deles como conseqüência, obliteram certos espíritos até fazê-los chegar a essa cegueira completa (BARRETO, 2004j, p.344-345).

Enquanto Lima Barreto criticava o ensino superior e até propunha a sua total supressão, devido a sua inutilidade, os eugenistas, por sua vez, propunham investimentos na educação, principalmente, a educação eugênica em todos os níveis de educação.

É necessário lembrar que a disseminação “assustadora” das doenças infecciosas – febre amarela, tuberculose – bem como as doenças venéreas, no seio da mocidade e a crescente desorganização matrimonial, para os eugenistas era resultado, da ignorância sobre questões do sexo, somada ao desconhecimento que a maioria dos jovens tinha, em relação às conseqüências desastrosas que isso acarretava para a própria saúde e para a espécie.

Desse modo, para os adeptos da eugenia a educação, principalmente a educação sexual, seria uma alternativa para solucionar esses problemas. Esta deveria ser ministrada em caráter de urgência, incluindo no programa educativo temas como o mecanismo da reprodução, o verdadeiro significado do casamento, o combate às doenças venéreas, o problema da prostituição e higiene social, exigindo a cooperação das famílias, escolas, igrejas, imprensa, enfim, instituições públicas e particulares, visando fazer com que as meninas compreendessem:

[...] a nobreza da missão maternal, mostrar-lhes o crime que representa, perante a humanidade, a perpetuação de filhos doentes e tarados, da necessidade de transmitir-lhes uma herança de bons caracteres dirigendo-as, criteriosamente, para a escolha acertada de um marido sadio e honesto. Evitar, o mais

¹⁴ Belisário Penna (1868-1939) médico e inspetor sanitário da cidade do Rio de Janeiro e membro da Liga Brasileira de Higiene Mental. É importante destacar que Belisário Penna participou do movimento em prol da higiene mental e da eugenia.

possível, de desenvolver-lhes o sentimentalismo morbido, próprio das mulheres, ensinando-as a encarar a vida com animo e fortaleza de espírito. Despertar em suas consciências o ideal elevado da maternidade racional e o desejo de cooperarem para a garantia eugênica das proles (ROXO, 1930, p.2).

Para tanto, era necessário implementar, de imediato, uma inteligente campanha popular, intensa e continuada, que proporcionasse aos pais menos instruídos os ensinamentos de que necessitavam por meio de folhetos, conferências e cursos especializados e investir de forma ostensiva na educação do povo brasileiro.

Desejavam que a sociedade fosse beneficiada com a “educação eugênica” que favorecia a regeneração racial, por meio de ensinamentos de ordem física, moral e intelectual. Com esse objetivo, Kehl (1931b) propunha um programa didático para a cadeira de História Natural, a ser ministrado na última ou penúltima série do curso ginásial, conforme segue:

- 1- Eugenia – definição e finalidades.
 - 2- Histórico – os precursores do eugenismo, o seu fundador, progresso realizado após a fundação.
 - 3- Relações da Eugenia com a hygiene e a medicina social.
 - 4- Fundamentos da Eugenia – doutrina de Lamarck (sobre a acção evolutiva do meio), de Darwin (sobre a seleção natural), de Weissmann (sobre o plasma germinativo), de Mendel (sobre a hybridação), de Semon (sobre a “mneme”) de Nussbaum (sobre a identidade do plasma).
 - 5- Princípios eugenicos – (lei biogenética, lei da evolução organica, lei do isochronismo).
 - 6- Methodo eugenico – estudo sobre as questões da hereditariedade e sobre a propaganda para despertar o interesse popular pelas medidas de defesa e protecção sociaes contra as taras e vícios degenerados.
 - 7- Meios propostos – regulamentação eugenica do casamento, propaganda contra os factores dysgenizantes, puericultura, conceitos e preceitos eugenicos.
 - 8- A responsabilidade e os deveres individuaes em face da especie.
- O ensino será desenvolvido com o elevado proposito de despertar no espirito dos discentes o respeito de si proprio e dos semelhantes, tendo sempre em vista a implantação do grande ideal da regeneração moral e physica do homem (KEHL, 1931b, p.5)

Além de definir um programa de História Natural, os eugenistas, defendiam o ensino de Ciências, principalmente, da Genética desde a escola primária:

Ensinada a Genética, desde a Escola Primaria, na gradação respectiva, começaremos por obter em todo Brasil, plantas ornamentaes das mais lindas, inclusive a **flor nacional** cuja consagração foi recentemente lembrada pelo ministro Sr. Agenor de Roure, e que está em via de realização, pois a idea já repercute em vários pontos do paiz.

E a Genética deve ser ensinada desde a Escola Primaria, por ser a sciencia-mater da Eugenía, no relativo a todos os seres vivos; e a sciencia que **ensina a apurar boas qualidades, á luz da Biologia.**

Ora, como desprezar no ensino uma sciencia que preceitua o apuro das boas qualidades, nos seres vivos em geral, servindo-se para isso dos meios naturaes?

Pois bem, as noções elementares de Genética (o A B C da Genética) ensinadas na Escola Primaria, como aliás se faz agora necessário porque, segundo a orientação actual as escolas organizam concursos annuaes de plantas vivas, encaminharão as crianças para uma situação outra relativa á flora brasileira que vimos destruindo de um modo phantastico, já tendo em muito ultrapassado o direito que tínhamos ao desbravamento que passou a ser evidente devastação (O ENSINO...., 1929, p.4, grifo do autor).

Não apenas o estudo da Genética contribuiria para evitar a degeneração e, conseqüentemente, promover a regeneração da espécie; a educação sexual era também outro poderoso instrumento de luta neste sentido. Segundo os adeptos da eugenia, esse problema vinha despertando grande interesse nos meios cultos de todo o mundo civilizado, sob o ponto de vista eugênico. Havia necessidade de propaganda intensa, a fim de que seus resultados imediatos se revertessem em benefício da geração que surgia.

Já, para Lima Barreto, a precariedade do ensino brasileiro, não se devia à inserção ou não, de uma disciplina ou outra, mas se devia à formação de professores, que não se atualizavam e se corrompiam, conforme seu desabafo em sua crônica “A Universidade”, de 13/03/1920:

Ainda mais. Um dos males, decorrentes desta superstição doutoral, está na ruindade e na estagnação mental do nosso professorado superior e secundário.

Já não bastava a indústria do ensino para fazê-lo mandrião e rotineiro, veio ainda por cima a época dos negócios e das concessões.

Explico-me:

Um moço que, aos trinta anos, se faz substituto de uma faculdade de seu ensino. Pára no que aprendeu, não segue o desenvolvimento da matéria [...]

Ninguém quer ser professor como os são da Europa, de vida modesta, escarafunchando os seus estudos, seguindo o dos outros e com eles se comunicando ou discutindo. Não; o professor brasileiro quer ser um homem de luxo e representação, para isso, isto é, para ter os meios de custear isso, deixa às urtigas os seus estudos especiais e empresta o seu prestígio aos *brasseur d'affaires* bem ou mal intencionados [...]

A universidade, coisa sobremodo obsoleta, não vem curar o mal do nosso ensino que viu passar todo um século de grandes descobertas e especulações mentais de toda sorte, sem trazer, por qualquer dos que o versavam, um quinhão por mínimo que fosse.

O caminho é outro; é a emulação (BARRETO, 2004l, p.152).

Em sua crônica “A superstição do doutor”, de 5/1918, Lima Barreto faz críticas contundentes aos professores:

Os lentes das nossas escolas, com raras exceções, não se contentam com os seus vencimentos oficiais. Todos eles são mundanos, querem fazer parada de luxo, teatros, bailes, com as suas mulheres e filhas. A situação oficial que têm dá-lhes prestígio, fazem-nos boas “figuras de proa” e os seus nomes são procurados para apadrinhar as companhias, as empresas, mais ou menos honestas, que os especuladores de todos os matizes e nacionalidade organizam por aí.

Não é possível que um lente de química orgânica, por exemplo, que, devido às relações que tem com o capitalista Joab Manasses, foi feito, com grandes honorários, presidente da companhia de docas de um porto de Mar de Espanha, consiga do seu coração a violência de reprovar-lhe o filho. O Efraim, o filho de Joab Manasses, vai assim correndo os anos; e, se encontra um lente honesto, procura uma escola outra para fazer o exame que não lhe querem dar (BARRETO, 2004j, p.345-346).

Contudo, esta situação, denunciada por Lima Barreto, não desmerecia a importância da função do professor, que era exaltado pelos eugenistas como alavancas do progresso e da felicidade da nação. Os eugenistas convocavam os professores a auxiliarem nas práticas eugenistas, já que em contato direto com alunos e, não raro, com seus familiares, tinham a oportunidade de trabalhar na “santa missão” educadora de difundir os preceitos da eugenia.

A educação que os professores deveriam ministrar trataria de alertar as famílias para os perigos dos casamentos desastrosos, realizados com indivíduos

que manifestavam tendências criminosas, pois estas eram consideradas hereditárias pelos defensores dos preceitos da eugenia. Nesse sentido, a instrução feminina era, igualmente, defendida pelos adeptos da eugenia nas Escolas Normais, consideradas colméias de onde saíam obreiras inteligentes de que o Brasil precisava para contribuir em favor da causa que defendiam. As escolas normais formavam professores que deveriam:

[...] levar uma bagagem de biologia capaz de torná-lo habil para despertar na criança o interesse pelos phenomenos da hereditariedade. Aliás esse interesse não é difficil de despertar, desde que se mostre como a belleza ou a feiúra da flor, de hoje, passará ás flores da geração que della se originar [...] Aquelles poucos, que são depositarios de conhecimentos biologicos – alicerces e razão da Eugenia – a esse cabe o papel de divulgá-los, pois o intellectual dos tempos de hoje tem o mesmo pensamento daquelle philosopho romano, que recusava a sciencia se lh'a dessem com a condição de não transmittil-a. Mas é preciso divulgar-a com methodo, e tal só se conseguirá fazendo a sciencia da hereditariedade transpor as portas das nossas Escolas secundarias. Normaes e tambem superiores, ainda cerradas ao conhecimento humano mais prestadio e formoso, talvez. Só assim estaremos fazendo por transmittir aos herdeiros nossos o melhor sangue com a educação melhor (DOMINGUES, 1930, p.3).

Os adeptos da eugenia consideravam as noções de hereditariedade como um dos aspectos mais importantes em relação à transmissão das doenças e das taras dos pais aos filhos, a hereditariedade patológica ou mórbida, segundo a qual: “[...] os filhos de syphiliticos, de alcoólicos, de doentes mentaes são, em sua maioria, tarados, quer apresentem a mesma doença de seus paes, quer tenham uma outra enfermidade originada dos paes” (SCHRAENEN, 1930, p.2).

Diante da situação lamentável de “miséria física” em que se encontrava grande parte da população nacional, os adeptos da eugenia convocam a escola a participar de campanhas de educação sexual, higiênica e sanitária. O objetivo seria evitar a proliferação de degenerados, pois: “[...] não póde reconhecer-se a um enfermo, a um degenerado, a um debil, a um intoxicado grave, o direito de perpetuar o seu soffrimento, a sua deformidade e a sua miseria. A geração atual tem obrigação de proteger e defender as gerações futuras” (DANTAS, 1930, p.5).

O esforço, nesse sentido, deveria mobilizar os poderes públicos e os mais letrados da sociedade, como, igualmente, os médicos, os farmacêuticos, os

educadores, além do governo. E utilizar como recurso, as conferências e propagandas persuasivas, visando: “[...] a necessidade de uma propaganda intensa, entre nós, da maneira de se proceder esta educação, afim de que seus resultados imediatos revertam em benefício da geração que surge” (KEHL, 1930a, p.1).

Destarte, observamos que a educação eugênica pretendia ir além da educação higiênica, sanitária e sexual. Isto tudo, com a participação direta dos professores, não só nas escolas primárias, mas nos cursos normais e superiores, e, em caráter de urgência, pois:

A disseminação assustadora dos males venereos no seio da mocidade e a crescente desorganização matrimonial têm por causa principal a ignorancia sobre questões do sexo. Quase todos senão todos rapazes e moças fazem ideia erronea sobre o assumpto, quando não desconhecem completamente as conseqüencias desastrosas que tal ignorancia acarreta para a propria saude e para a especie” (KEHL, 1930a, p.1).

Essa iniciação era necessária, principalmente, em relação às pessoas com precárias condições econômicas que, embora com dificuldades de acesso à educação, constituía o grosso da população brasileira.

Para implementar a “educação eugênica”, seus adeptos apresentaram um programa de educação integral que prescrevia noções de educação sexual nas disciplinas de História Natural, Psicologia, Anatomia, Higiene, Profilaxia e Moral, as quais deveriam ser ministradas, segundo o método pedagógico chamado Concêntrico. Para Luisi (1930), este seria aplicado desde os primeiros anos da escola primária até os cursos superiores, por professores nas escolas primária, secundária e normal.

Nesse sentido, também para Kehl (1930b, p.2-3):

A aprendizagem clandestina, a companhia de confidentes depravados desfazem o mysterio da geração de modo vicioso, dando margem ás iniciações immoraes. São os amiguinhos e as amiguinhas os principaes mestres da dissimulação da mentira, da masturbação e de outro vicios que se installam, ás vezes, decisivamente, sobretudo em crianças com taras psychopaticas, que não foram sufficientes educadas pelos paes. Não existe júizo único quanto á melhor idade para ser iniciada a educação sexual [...] não se poderá tomar por base a idade, o

sexo, a condição social, o temperamento, nem o desenvolvimento [...] deve ser tida a sagacidade em primeiro plano, e que os primeiros conselhos sejam dados ás crianças que, pela sua intelligencia e curiosidade, provoquem a opportunidade para tal. Entre 4 e 6 annos já são admissiveis os primeiros passos educativos. Convém que as explicações se limitem ás perguntas formuladas, não se estendendo a pontos não inquiridos. Ha toda conveniencia em aproveitar as occasiões, não convindo, absolutamente, provocal-as. As respostas devem ser dadas claramente, com seriedade e sem reticencias, como se estivesse explicando os factos mais banaes da vida [...].

Aos educadores cabe a importante missão de esclarecer, de modo didactico, e com certos detalhes, o importante problema da reprodução. Desde logo convém assignalar o velho e comndenavel habito de subtrahir do programa das classes mais adeantadas dos cursos preliminares esta parte da physiologia, por falso e injustificavel zelo ou pudicicia, como se ella representasse coisa immoral, indigna de ser estudada. O ensino tem sido, por isto, hypocritamente truncado; não consta dos programmas escolares o mecanismo da reprodução animal, figurado, porém, o dos vegetaes, como se o primeiro fosse obsceno e o segundo não. Estas questões poderão ser leccionadas pelo professor de historia natural, desde que se julgue com força para manter o respeito do auditorio. Convém que as lições sejam separadamente para os meninos e para as meninas, e adaptadas ao interesse dos respectivos sexos. O exito do ensino depende sempre do tacto e da habilidade do mestre.

Eis ahi, em rapido esforço, o methodo [...] viavel para a educação sexual a ser executada respectivamente pela mãe, pelo pae e pelo educador, ás crianças até 10 e 12 annos.

Ao entrar na puberdade ha toda conveniencia de os paes informarem os filhos sobre o perigo dos males venereos e de convencel-os quanto ás vantagens da continencia. Ao medico inspector escolar ou ao medico da familia compete renovar estes conselhos e chamar a attenção dos adolescentes para os deveres dos individuos em relação á vida matrimonial e á descendencia. Convencel-os de que cada individuo é o "depositario ephemero de um legado eterno", tal legado, que representa a felicidade dos descendentes, evitando, a todo transe, expôl-a aos riscos de estroinices e dissoluções. Devem, pois, todos resguardar-se para o matrimonio, do mesmo modo que é exigido da mulher.

Em relação ao casamento convém, tanto ao homem quanto á mulher, informar-se sobre os cuidados hygienicos a praticar. A educação sexual é importantissima para evitar as conseqüencias lamentaveis, a miudo registradas, devido à ignorancia completa dos nubentes, mesmo entre os que se julgam instruidos neste particular. Não é raro casarem-se jovens ignorando que a mulher apresenta uma phase menstrual, como não é raro moças entrarem para o matrimonio ignorando as mais comesinhas medidas de hygiene a serem observadas, principalmente durante a gravidez.

Para atingir os objetivos propostos pelos adeptos da eugenia, seria preciso não somente eleger métodos educativos modernos, baseados na psicologia, como também, conhecer os caracteres somáticos e constitucionais dos indivíduos, seus modos de sentir e agir, tendências, costumes e a capacidade intelectual. Para que a educação conseguisse domesticar o indócil, cuja constituição seria resultante de um processo hereditário irremovível, pois “quem é bom já nasce feito” (KEHL, 1929a, p.1).

Para os eugenistas, a Faculdade de Medicina necessitava elevar o nível da cultura científica e a capacidade técnica dos médicos, além de apurar os conhecimentos necessários para prevenir e curar as doenças. Neste sentido, teria “[...] o medico que instruir-se no estudo da doença cosmopolita, e terá, com dobrado zelo, que se habilitar no methodo de prevenção e de cura da doença propria dos paizes quentes” (CAMPOS, 1931, p.5).

Embora houvesse coincidências entre as citações dos eugenistas e de Lima Barreto, no que se referia ao precário nível do ensino superior, esta coincidência não existia em relação às causas apontadas como responsáveis pelas dificuldades vividas pela maioria da população brasileira. Em sua crônica “Problema vital”, escrita para a Revista Contemporânea em 22/02/1919:

Trabalhos de jovens médicos como os doutores Artur Neiva, Carlos Chagas, Belisário Pena e outros, vieram demonstrar que a população roceira do nosso país era vítima desde muito de várias moléstias que a alquebrantavam fisicamente. Todas elas têm uns nomes rebarbativos que me custam muito escrever; mas Monteiro Lobato¹⁵ os sabe de cor e salteado e, como ele, hoje muita gente. Conheci-as, as moléstias, pelos seus nomes vulgares: papeira, opilação, febres e o mais difícil que tinha na memória era – bócio [...].

Por esse lado, julgo que eles e seus auxiliares não falsificam o estado de saúde de nossas populações campestres. Têm toda razão. O que não concordo com eles, é com o remédio que oferecem. Pelo que leio em seus trabalhos, pelo que a minha experiência pessoal pode me ensinar, me parece que há mais nisso uma questão de higiene domiciliar e de régimen alimentar. **O problema, conquanto não se possa desprezar a parte médica propriamente dita, é de natureza econômica e social.** Precisamos combater o régimen capitalista na agricultura, dividir a propriedade agrícola, dar a propriedade da terra ao que

¹⁵ Lima Barreto e o escritor e editor Monteiro Lobato (1882-1948) trocaram correspondências entre 1918 e 1922, mas nunca chegaram a se conhecer pessoalmente.

efetivamente cava a terra e planta e não ao doutor vagabundo e parasita, que vive na “Casa Grande” ou no Rio ou em São Paulo. Já é tempo de fazermos isto que eu chamaria o “Problema Vital”¹⁶ (BARRETO, 2004h, p.456-457, grifo nosso).

Os adeptos da eugenia, também, cobravam um ensino descentralizado e gratuito, porém, mais voltado para a formação do trabalhador e do desenvolvimento da responsabilidade cívica em relação à conservação da espécie, ao bem-estar físico e psíquico do indivíduo, visando ao progresso da humanidade:

A educação eugenica é imprescindível para o progresso biologico, moral e social dos homens, devendo figurar, obrigatoriamente, no programma dos cursos gymnasiaes e normaes, como materia á parte ou, não sendo possivel, como parte da historia natural ou da hygiene (KEHL, 1931b, p.5).

O ensino deveria ser desenvolvido com o elevado propósito de despertar, no espírito dos discentes, o respeito por si próprios e dos semelhantes, tendo sempre em vista:

Pôr em execução os sabios principios da Eugenia é praticar a hygiene e a prophylaxia; é defender a saude e a belleza contra os elementos naturaes ou creados pelos proprios homens, que as possam perturbar ou alterar; é formar uma infancia sadia e uma mocidade robusta e operosa; é sobretudo, sanear e apurar a raça, tornando-a vigorosa, destemida, alegre, productiva e victoriosa (PENNA, 1922, p.3-4).

E para tanto, de acordo com os eugenistas, era necessária a “higiene da raça”, que se faria evitando a miscigenação entre elas. Assunto que trataremos no próximo capítulo.

¹⁶ Lima Barreto faz referências e elogios às obras de Monteiro Lobato (1882-1948) intituladas O problema vital – que tematiza o saneamento do interior do Brasil – e Urupês – que enfatiza a vida cotidiana do caboclo Jeca Tatu, suas crenças, costumes e tradições.

Os senhores que se têm entregue a esses estudos de antropologia, etnografia ou que outros nomes tenham, se esquecem muito de que um grande naturalista, creio que Lineu, disse: **“A natureza não tem raças nem espécies; ela só tem indivíduos”** (BARRETO, 2004b, p.583-584, grifo nosso).

3 “A NATUREZA NÃO TEM RAÇAS NEM ESPÉCIES; ELA SÓ TEM INDIVÍDUOS”

(BARRETO, 2004)

Em fins do século XIX, no contexto político e social, conforme comentários desenvolvidos, a nação brasileira atravessou dois momentos importantes da sua história: o da abolição da escravatura e o da proclamação da República. A população era constituída por uma mistura étnica em que se misturavam, principalmente, as raças branca, indígena e negra. Essa miscigenação, que favorecia a predominância de mestiços, tendia a aumentar em função da imigração européia: “O grande impulso da corrente migratória situou-se entre os anos 1887-1914, quando cerca de 1,6 milhão de pessoas imigraram para São Paulo, entrando pelo Porto de Santos” (FAUSTO, 1997, p.66), onde encontravam precárias condições de infra-estrutura e, em consequência da falta de saneamento básico, adquiriam inúmeras doenças.

Para Fernandes (1978), a libertação dos escravos eximiu os grandes proprietários de terra da responsabilidade de alimentar e proteger o negro. Com a emergência do capitalismo e a abertura para o trabalho livre, estes se depararam com a liberdade e não imaginavam as dificuldades que enfrentariam para sobreviver. Desse modo, despreparados e à mercê da sorte, o liberto defrontou-se com a competição do imigrante europeu, que absorveu as melhores oportunidades de trabalho livre e independente:

Na medida em que a ordem social competitiva e a urbanização estavam em plena emergência, a posição de cada grupo étnico e de cada camada social no sistema econômico e na sociedade dependia, fundamentalmente de sua capacidade de participação do crescimento econômico e do desenvolvimento sócio-cultural. Os negros e os mulatos ficaram à margem ou se viram excluídos da prosperidade geral, bem como de seus proventos políticos, porque não tinham condições para entrar nesse jogo e sustentar as suas regras [...] (FERNANDES, 1978, p.99).

Assim, estabeleceu-se um verdadeiro círculo vicioso entre a herança sociocultural da senzala e do antigo regime monárquico, a exclusão social e as

formas de ganhar a vida. Identificado por aquela herança, o negro era excluído do mundo do trabalho e não tinha nenhuma possibilidade real de absorção gradativa pela sociedade urbana e industrial, porque:

O sistema de ocupações e serviços da cidade encontrava-se numa fase de transição, havendo relativa abundância de serviços que regulariam apenas a semi-ocupação ou a ocupação parcial dos agentes de trabalho, na maior parte vinculados à persistência de estruturas econômicas arcaicas, mas alguns nascidos da própria expansão urbana. Na verdade, o grosso das **oportunidades de ganho** da mão-de-obra negra encaixava-se nessa rede de serviços como conseqüências funestas para os trabalhadores negros e mulatos. Semelhantes atividades afastavam-nos das ocupações que poderiam realizar-se o seu adestramento e a sua socialização na vida que ele pressupõe. Além disso, elas fomentavam uma instabilidade ocupacional imoderada, que era lançada, pelos empregadores eventuais, nas costas do “negro”, representado como um ‘trabalhador volúvel’, ‘borboleteante’, ‘com o qual não se pode contar certo’, como se o ‘gosto por biscates’ ocasionais fosse o produto de predisposições inalteráveis do ânimo do ‘trabalhador negro’. Doutro lado, mantinha-se acentuada resistência à aceitação do negro e do mulato em serviços que dependiam de tirocínio complexo e impunham um mínimo de iniciativa, de disciplina e de responsabilidade (FERNANDES, 1978, p.156-157, grifo do autor).

Por isso, “a descrição do negro como lascivo, libidinoso, violento, beberrão, imoral ganha as páginas dos jornais compondo a imagem de alguém em que não se pode confiar” (SANTOS, 2002, p.131).

É nesse contexto socioeconômico, de exclusão do trabalhador negro das ocupações e serviços urbanos em geral, que viveu Lima Barreto, pobre e, “[...] de fato, pronunciadamente mulato, sem disfarces, cabelo ruim, pele azeitonada” (BARBOSA, 1975, p.89). Viveu numa época em que, de acordo com rascunhos do Diário íntimo de Lima Barreto, em 1905, ampliava-se a noção, respaldada pela ciência, de que há uma raça superior e uma inferior:

Vai se estendendo, pelo mundo, a noção de que há umas certas raças superiores e umas outras inferiores, e que essa inferioridade, longe de ser transitória, é eterna e intrínseca à própria estrutura da raça.

Diz-se ainda mais: que as misturas entre essas raças são um vício social, uma praga e não sei que coisa feia mais.

Tudo isso se diz em nome da ciência e a coberto da autoridade [...].

Atualmente, ainda não saíram dos gabinetes e laboratórios, mas, amanhã, espalhar-se-ão, ficarão à mão dos políticos, cairão sobre as rudes cabeças da massa, e talvez teremos que sofrer matanças, afastamentos humilhantes, e os nossos liberalísimos tempos verão uns novos judeus.

Os séculos que passaram não tiveram opinião diversa a nosso respeito - é verdade; mas, desprovidas de qualquer base séria, as suas sentenças não ofereciam o mínimo perigo. **Era o preconceito; hoje, é o conceito.**

Esmagadoras provas experimentais endossam-no. Se F. tem 0,02 m a mais no eixo maior da oval de sua cabeça, não é inferior em relação a B, que tem menos, porque ambos são da mesma raça; contudo, em se tratando de raças diferentes, está aí um critério de superioridade.

As mensurações mais idiotas são feitas, e, pelo complacente critério do sistema métrico, os grandes sábios estabelecem superioridades e inferioridades.

Não contentes com isso, buscam outros dados, os psíquicos, nas narrações dos viajantes apressados, de *touristes* imbecis e de aventureiros da mais baixa honestidade (BARRETO, 1998, p.71, grifo nosso).

Assim, biologicamente, a inferioridade do negro poderia ser comprovada, quer pelo tamanho de seu crânio quer por meio de características psicológicas. O formato do cérebro, órgão mais importante do homem, determina as qualidades inatas de cada um. Portanto, bastava medi-lo para saber a capacidade de cada raça, “Daí as avaliações das cabeças dos negros, brancos e índios para se constatar que as dos africanos possuíam dimensões menores que as dos europeus e por isso eram inferiores intelectualmente” (SANTOS, 2002, p.59).

Em sua crônica “Considerações Oportunas”, escrita para o jornal A. B. C., em 16/08/1919, Lima Barreto não se rendia às teorias racistas, ao contrário, crítica e ridiculariza essa ciência onipotente e inequívoca e demonstrava, por meio de seus questionamentos e reflexões, a fragilidade dos saberes científicos:

Nada mais falso do que apelar para a Ciência em tal questão. O que se chama Ciência nesse campo da nossa atividade mental ainda não é nem um corpo homogêneo de doutrinas. Cada autor faz um poema à raça de que parece descender ou com que simpatiza, por isto ou aquilo. Os seus dados, as suas insinuações, os seus índices, todo aquele amontoado de coisas heteroclíticas que vemos, no nosso comuníssimo Topinard¹, são interpretados ao sabor da paixão oculta ou clara de cada dissertador.

¹ Paul Topinard (1830-1911) era um dos seguidores de Paul Broca e utilizava a antropometria como método estatístico para analisar os homens.

Basta dizer, como o mestre Finot², que a dolicocefalia³, considerada como qualidade suprema entre brancos, nada vale quando se a encontra entre negros [...].

O critério mesmo de raça não é fixo de um autor para outro: e eles se emaranham numa porção de divisões e subdivisões, segundo esta ou aquela característica, abandonando aquela ou esta indicação do corpo humano estudado [...].

Os senhores que se têm entregue a esses estudos de antropologia, etnografia ou que outros nomes tenham, se esquecem muito de que um grande naturalista, creio que Lineu, disse: **“A natureza não tem raças nem espécies; ela só tem indivíduos”**.

Nas ciências naturais, como em outra qualquer, toda classificação há de ser um produto do nosso espírito em função do nosso poder de abstrair. Fora dele, ela não existe, não é.

Coisas mezinhas como esta precisam ser repetidas para que esses senhores grosseiros de espírito que se fizeram autoridades em coisas de raças com as quais não lidaram e que dos respectivos indivíduos, em geral, só conhecem partes mortas (o crânio sobretudo); precisam ser repetidas, dizia, para que eles, acantonados num pequeno departamento das cogitações espirituais da Humanidade, esquecendo as leis do nosso pensamento, as suas categorias e fatalidades, quando entra em relação com o mundo exterior, não transformem as suas pesquisas e generalizações em artigos de fé, em Corão obsoleto, a propugnar guerras santas e massacres [...] (BARRETO, 2004b, p.583-584, grifo nosso).

Anos mais tarde, por meio do “Boletim de Eugenia”, dentre outras publicações, os eugenistas confirmam a inferioridade da raça negra, tão questionada por Lima Barreto:

O branco, sempre considerado como raça superior, é orthognatha, tem o anglo facial apurado e o indice cephalico tão exagerado que, sem a menor duvida, marca o sensível afastamento das raças inferiores [...] O negro móra do lado opposto.

Como constituinte da raça inferior, o negro é prognatha, tem o anglo facial exagerado e indice cephalico quase nullo.

Ninguem ignora que o indice cephalico é a expressão da espiritualidade e o angulo facial reflecte a animalidade (SILVA, 1931, p.3).

² Jean Finot (1856-1922) escritor francês, cujo livro intitulado O preconceito racial, influenciou o pensamento de Lima Barreto. Em sua obra, escreve sobre as raças que, como categorias irreduzíveis, existe somente como ficção, portanto, são produtos transitórios. Não acreditava que isto poderia ser comprovado cientificamente. Finot era considerado um anti-racista.

³ Estado de dolicocefalo. Tipo humano cuja largura de crânio tem quatro quintos de comprimento.

Por conta desta “certeza” da superioridade da raça branca, os eugenistas acreditavam que o Brasil vinha sofrendo, desde os primeiros anos de sua colonização, as consequências da “[...] mestiçagem dos typos brancos, pretos e índios. O nosso problema racial é, pois, complexo, devido ao conflicto ethnico que se processa no seio de sua população” (KEHL, 1929e, p.3-4). Assim sendo, indagavam:

E' razoável o casamento do branco com preto?

Não, absolutamente, não.

E ainda mais, nem razoável nem decente.

Pela não razoabilidade, falla, com eloqüencia, a hereditariedade, essa vigilante sentinella que, não raramente, accórda a humanidade pelos estygmas, pelos signaes que tanto degradam, que tanto diminuem [...]

Da união matrimonial de elementos raciaes tão diferentes, só uma dedução poderemos fazer: trata-se de um matrimonio de instinctos e não de sentimentos (SILVA, 1931, p.3).

Porém, as prescrições não se limitavam ao impedimento de casamentos entre brancos com negros, mas estendiam-se a outros setores da sociedade brasileira. E nesse sentido, Kehl (1922, p.31-32) propunha a formulação de um programa de eugenia preventiva que consistia em:

[...] combater os factores hostis ao homem. Comprehende a defesa contra os venenos sociaes, que ameaçam, attingem e destroem a humanidade [...] é a prophylaxia do suicidio, das intoxicações voluntarias euphoristicas e habituaes (alcool, morphina, cocaina), do egoismo social, do anti-altruismo, do homicidio, do irrespeito á familia, da depopulação, das doenças sociaes (tuberculose, syphilis, etc.), do anticivismo, do anti-patriotismo, da desmoralização internacional.

No que se refere à raça, na concepção eugênica, eram considerados indivíduos eugênicos aqueles que fossem robustos, belos, tivessem vitalidade e longevidade. O mulato, o mameluco e o cafuzo eram tipos plasticamente feios na sua generalidade, embora houvesse mulatas belas, assim como mulatos bonitos, mas como exceção, e não regra. Por essa razão, para um segmento do grupo dos eugenistas, era contra-indicada toda e qualquer união entre pessoas de raças diferentes, pois somente um meio bom em si mesmo não elevava um povo inferior, doente ou inapto racialmente, como por exemplo:

[...] os ciganos e os negros; igualmente as camadas mais inferiores das sociedades civilizadas v.g., a constituída por criminosos habituaes, vagabundos, imbecis, individuos mal dotados, não melhora com a mudança de ambiente. Estes ultimos padecem freqüentemente de lesões hereditarias sobre as quais a melhoria do meio não tem influencia alguma, ou apenas minimas. Difficilmente se removem os efeitos prejudiciaes de misturas raciais desfavoráveis ou combinações hereditárias (LUNDBORG, 1930, p.2).

A conservação do tipo eugênico ideal dependia, também, da proibição de casamentos: “[...] dos doentes de espirito e de corpo, dos monstriparos, dos cacoplastas, dos tarados, dos geradores de abortos e de martyres –, deve ser prohibido, ou, pelo menos, não deve ser sancionado pela lei” (DANTAS, 1930, p.5):

Os mestiços brasileiros de branco e preto (mulatos), são, na maioria, elementos feios e fracos, apresentando, com frequencia, vicios de seus ancestraes. Apresentam grande instabilidade de caracter e constituem elementos perturbadores do progresso nacional, sob o ponto de vista ethnico e social (KEHL, 1929e, p.3).

Assim, em consequência do desaparecimento gradual, pela morte, de grande número de mulatos e caboclos e pelo cruzamento de individuos brancos, a população brasileira poderia chegar a tomar um aspecto, acentuadamente, europeu, ou seja, constituir-se de brancos (KEHL, 1929e). Na visão dos adeptos da eugenia, o Brasil representava um grande e completo laboratório, no qual se fundiam três raças: branca, indígena e negra:

Tomando por base as fichas anthropologicas organizadas por medicos militares, dos individuos examinados para o serviço militar, calcula-se que existem 39% de brancos, 50% de mestiços, 10% de pretos e 1% de caboclos (índios) constituindo a massa de nossa população (KEHL, 1929e, p.3).

Dessa maneira, havia necessidade de buscar solução para o problema brasileiro, ou seja, a hereditariedade, questão fundamental para os eugenistas. “Do ponto de vista de raças inferiores a mestiçagem com raças biologicamente superiores será talvez recomendavel, mas do ponto de vista da raça superior, seguramente não” (LUNDBORG, 1929, p.1).

Décadas antes, Lima Barreto, em sua crônica “Considerações Oportunas”, de 1919, já tecia sérias críticas às certezas científicas, partindo do princípio de que, não há verdades absolutas, e que as diferenças sociais eram explicadas pela existência da superioridade e inferioridade das raças:

Toda essa precaução de pensador honesto em não querer trazer para o mundo dos objetos, senão com as mais delicadas precauções, as suas concepções subjetivas, parece não deter os difundidores de certa antropologia.

Mas a experiência, a observação?

Há experiência e experiência. Da mais simples, da física, a ciência experimental por excelência, requer-se o afastamento cuidadoso de toda a causa de perturbação; e é, portanto, fácil de ver que muito mais cautela se deve ter com as observações de fenômenos complexos como os de raças humanas.

Além de tudo, os instrumentos de observação, inclusive nós mesmos, são sujeitos a erros e dependem de tantas circunstâncias para nos darem relativa certeza, que já alguém perguntou o que seria da bacteriologia se a nossa óptica estivesse aqui ou ali errada.

Nos grandes sábios, por menos que se tenha lidado com eles, como é o meu caso, só encontramos dúvidas, reservas quanto à verdade das suas observações e resultados gerais; **mas, modernamente, com a democratização da ciência e seu fracionamento necessário, não há mediocridade mais ou menos sabichona, neste ou naquele campo da ciência, que não se arrougue infalível.**

E, sem medirem as reações que um processo de estudo, visando certo objeto, pode ter sobre os outros visando outros objetos, para avaliar o grau de certeza que têm os resultados a que chegaram, vão para adiante afirmando o que entendem e lhes parece ser verdade, num clarão ou num lampejo de sua inteligência (BARRETO, 2004b, p.583-584, grifo nosso).

Desta forma, Lima Barreto relativizava as certezas da ciência e pontuava os interesses de outra natureza, que poderiam existir por detrás de toda teoria defendida e continua em sua crônica “Considerações Oportunas”, de 1919:

Se há em nós um fundo de amor, há também um não menor de maldade que faz procurar justificativas honestas para as nossas antipatias, sem razão.

Toda educação tem por fim anulá-lo, mas só o consegue lentamente.

Esses senhores que edificaram essas teorias de irremediável desigualdade de raças são tenazes e ferrenhos em remover todas as diferenças desta ou daquela natureza que possam separar o homem do macaco; mas, em compensação, são também tenazes e ferrenhos em acumular antagonismos entre os brancos e os

negros. Às vezes mesmo, fazem enormes esforços para justificar, em teorias sociais, ódios de grupos humanos contra outros que, entretanto, têm diversa origem [...]

Nos Estados Unidos, esse ódio coletivo achou a sua aplicação no negro; como na Turquia, no armênio; como em certas partes da Rússia, no judeu [...]

Além ainda. Tenho retalhos de jornais franceses que cortei há anos, para me documentar, noticiando tão repugnantes fatos acontecidos em França [...]

Com minha ignorância reconhecida, em falta de alguém mais competente, eu pretendi com essas linhas dizer que a Ciência (com C grande) não autoriza, no seu estado atual, nenhuma matança de seres humanos, por serem desta ou daquela raça. Ela as autoriza tanto quanto os Evangelhos autorizaram as fogueiras de Sevilha, no tempo de Torquemada, ou Saint Barthélenay.

Representação do mundo, segundo fatalidades e necessidades do nosso espírito, ela é e será sempre uma hipótese sobre ele, à espera de correções de todo o dia. Não se pode ter por isso como infalível e traduzindo exatamente a ordem do Cosmos, a ponto de autorizar crimes monstruosos. Não pode ser assim no domínio das ciências sociais, como não o é em geometria, coisa muito mais simples, a tal ponto que um geômatra russo, professor em Cazã, Nicolau Lobatchevski, pôde organizar uma outra muito diferente da codificada por Euclides, sendo seguido de outros geômatras que organizaram outras, a ponto do célebre matemático Poincaré desprezar o grau de 'verdade' nelas, para só atender ao de 'comodidade'.

Se assim é em geometria (BARRETO, 2004b, p.583-584).

Contudo, se a diferença racial e a inferioridade do negro era questionável, a diferença das condições sociais, sobretudo, as precárias condições de habitação, de saneamento e moradia, vividas pelo negro eram evidentes. Segundo Fernandes (1978), a moradia representava um dos problemas básicos na luta pela sobrevivência. Além das condições precárias de vida nos cortiços, disseminados pelos centros urbanos, e das conseqüências da aglomeração de pessoas que viviam em quartos comuns, despertava debate a locação de imóveis. O locador receava alugar quartos para negros, pois sabia que a maioria não tinha pagamento regular, isto é, trabalho fixo. Assim, não raro os alojamentos continham elevado número de moradores que viviam em condições anti-higiênicas, uma vez que essas habitações eram mal-ventiladas, mal-iluminadas e com pequeno espaço útil. Em grande parte, os cortiços eram construídos dessa forma, propositalmente, fazendo com que aqueles que trabalhassem fora, saíssem com freqüência pela manhã e só retornassem à noite.

Nesses ambientes, as crianças pressentiam ou assistiam até as relações sexuais dos adultos, conseqüentemente aprendiam precocemente os segredos da vida, no que diz respeito à perpetuação da espécie e como ocorria um parto. Malandros ou bêbados faziam parte do cotidiano dos cortiços e com isto, aconteciam vários incentivos para o vício, bem como: “[...] relações heterossexuais entre irmãos e irmãs ou entre primos e primas quando podiam formar pares ou círculos homossexuais, de que eventualmente participavam os amigos da vizinhança” (FERNANDES, 1978, p.149).

Segundo Fernandes (1978), a realidade não desvenda as particularidades da situação existencial do negro e do mulato. Aglomerados, na cidade, sem as garantias sociais a que faziam jus e das quais necessitavam, e:

Expelidos dos centros de interesses vitais para o crescimento econômico e para o desenvolvimento sócio-cultural da coletividade, descobriam no corpo humano uma fonte indestrutível de auto-afirmação [...] As coisas não se passavam assim simplesmente porque os homens e as mulheres desse estoque racial fossem ‘mais quentes’ (FERNANDES, 1978, p.151).

É necessário destacar que o ideário eugenista era compartilhado por intelectuais, médicos, advogados, políticos e literatos, pessoas que compunham a elite brasileira da época. Dentre eles, encontrava-se o escritor e editor José Renato Monteiro Lobato, conhecido na literatura por Monteiro Lobato. Amigo de Kehl, ambos partilhavam o ideário em prol do aperfeiçoamento da raça. Neste período, Lobato publica seu livro intitulado “Presidente negro” ou “O Choque das raças”, considerado um manifesto eugênico:

Renato, Tu és o pae da eugenia no Brasil e a ti devia eu dedicar meu Choque, grito de guerra pró-eugenia. Vejo que erreí não te pondo lá no frontispício, mas perdoai a este estropeado amigo [...] Precisamos lançar, vulgarizar estas idéas. A humanidade precisa de uma coisa só: poda. É como a vinha. Lobato (DIWAN, 2003, p.119).

Segundo o discurso eugênico, era preciso intervir na estrutura racial do homem brasileiro para “recuperar”, salvar a “raça” brasileira. Para alguns adeptos da eugenia, identificado o problema, a solução seria, principalmente, a educação. Ensinar ao povo maneiras de viver, agir e pensar orientadas pela educação

higiênica e eugênica poderia ser o caminho para regenerar a população brasileira, “extremamente doente”:

No seio das classes baixas ou nas camadas elevadas da sociedade, a depravação sexual continúa a imprimir, sorrateiramente, seus indeleveis estigmas, degradando consciências, pervertendo espiritos e prejudicando, na sua essencia, a integridade moral da sociedade e o futuro eugenico da espécie [...] (ROXO, 1930, p.3).

Como essas idéias faziam parte do pensamento da sociedade brasileira desde há algumas décadas, na Escola Politécnica, Lima Barreto sofreu muito durante sua convivência com os colegas ricos e brancos, “Foi na Escola Politécnica, não há negar, que a coisa se revelou [...] Preto, pobre, tinha que ser reprovado sempre” (BARBOSA, 1975, p.112):

A capacidade dos negros é discutida a *priori* e a dos brancos, a *posteriori* [...]
Se a feição, o peso, a forma do crânio nada denota quanto à inteligência e vigor mental entre os indivíduos da raça branca, por que excomungará o negro? [...]
A ciência é um preconceito grego; é ideologia; não passa de uma forma acumulada de instinto de uma raça, de um povo e mesmo de um homem (BARRETO, 1998, p.34).

Em seu “Diário íntimo”, datado de 10 de janeiro de 1905, Lima Barreto denuncia injustiças cometidas contra os negros:

Hoje, dia quente, cheguei um tanto mais tarde na secretaria⁴. À minha banca, veio-me falar o Major Vital. Esse major é um pretinho, fula, magrinho, de crânio deprimido, olhos quase à superfície da fisionomia, pele de sapato velho que nunca foi engraxado. Esse pretinho usava farda de major honorário, e tendo estado no Paraguai, obtivera umas honras militares. Depois, com sucessivos acontecimentos, as honras foram aumentando e, um belo dia, surge um, em Pernambuco, de igual nome, branco, que também foi considerado como sendo o que de direito. O major foi despedido de servente do Arsenal de Guerra, excluído do asilo, ficou na miséria. Vou-lhe dar alguma roupa velha e uns cobres. Não tenho absolutamente a convicção de que seja ele o

⁴ Lima Barreto faz referência à Secretaria da Guerra. Em 18/06/1903, Lima Barreto inscrevera-se em concurso, sendo classificado em 2º lugar, em 09/07/1903 e nomeado para o cargo de amanuense da Diretoria do Expediente da Secretaria da Guerra em 17/10/1903, tomando posse no dia seguinte.

verdadeiro major, nem tampouco que não é o outro ou um terceiro; entretanto, julgo que a ele competiam as honras; pobre e obscuro, ele precisava qualquer coisa para disfarçar isso, e ainda mais negro... Por falar nisso, o Belo, primeiro oficial, que foi do gabinete do Benjamin, contou-me que a nomeação do Hemetério (é um negro), para professor do Colégio Militar, foi sustada na gaveta por ordem do Lauro Sodré, que sempre lhe recomendava a ele ir lhe pedir para expedir, que esperasse, que esperasse. É singular que, fazendo eles a República, ela não a fosse de tal forma liberal, que pudesse dar um lugar de professor a um negro. É singular essa República (BARRETO, 1998, p.48).

O preconceito racial atingia sem distinção os indivíduos considerados “inadequados”. Nesse sentido, Lima Barreto conclui em sua crônica “Considerações Oportunas”:

Para terminar, a fim de mais uma vez mostrar ao leitor o quanto são precárias essas generalizações dos chamados antropossociólogos, vou me socorrer de Bouglé⁵ e da sua curiosa obra – *La Démocratie devant la Science*.

Afirmava-se como artigo de fé (o que hoje não é), depois dos trabalhos de Lamarck⁶ e Darwin⁷, mais com aquele do que com este, que os caracteres adquiridos pelo indivíduo se transmitiam por hereditariedade e se fixavam em sua descendência.

O que era afirmado para o campo especial dos estudos daqueles sábios, os antropossociólogos, publicistas, romancistas, etc., trouxeram para as organizações sociais e ampliaram, exageraram. Garantiam eles que devíamos voltar ao regimen das castas, pois assim as aquisições paternas em dado ofício se transmitiriam aos descendentes sem perdas e, no correr das gerações, o aperfeiçoamento neles seria acelerado! Dado que assim fosse, objeta Bouglé, no fim de algumas dezenas de gerações os seus representantes estariam tão adaptados, em toda a sua organização, para tal ofício ou profissão que seriam perfeitamente incapazes de exercer uma outra [...] (BARRETO, 2004b, p.583-584).

Desse modo, Lima Barreto retrata não só a sua situação particular, mas a situação social vivida pela maioria da população brasileira. Lima Barreto questionava a ciência da época que afirmava existir uma raça superior e outra

⁵ Celéstin Bouglé (1870-1940) sociólogo francês e um dos teóricos do solidarismo. Considera que a democracia republicana constitui um desenvolvimento do progresso científico, permitindo a afirmação dos direitos dos homens. Era contra o elitismo e o racismo.

⁶ Lamarck (1744-1829) sua Teoria da Evolução, descrita em seu livro intitulado Filosofia Zoologia, publicado em 1809, foi utilizada como base para desenvolver os fundamentos da eugenia.

⁷ Charles Darwin (1809-1882) A publicação e divulgação de seu livro intitulado A origem das espécies, em 1859, tornou-se leitura obrigatória entre os pesquisadores.

inferior e atribuíam ao fator biológico às existências das desigualdades sociais. Nesse sentido, sua reflexão e questionamento acerca da complexidade do ser humano abrangem a questão da raça, do vício, do alcoolismo e da loucura. Temas que foram discutidos não apenas pelo escritor Lima Barreto, mas também pelos adeptos da eugenia, que entendiam ser a loucura, o alcoolismo e o crime fatores hereditários.

3.1 “ESSA SINISTRA TEORIA DA HERANÇA E DE DEFEITOS E VÍCIOS”

(BARRETO, 2004)

Na cidade do Rio de Janeiro, onde Lima Barreto nasceu, cresceu e viveu toda a sua vida, era a capital do país, a vitrine e o centro das atenções, para os estrangeiros. Mas, habitada por muitos “pobres e desempregados”, que se amontoavam nos casarões perto do porto em busca de trabalho e que viviam em condições precárias. Sem saneamento básico e em meio a muita sujeira, onde se disseminavam doenças como difteria, malária, tuberculose, febre amarela e varíola, entre outras. Esta situação era uma fonte de preocupação dos governantes que resolveram tomar algumas atitudes para solucionar tais problemas considerados de saúde pública. Sanear a cidade, modernizar o porto e fazer uma reforma urbana era uma atitude emergencial, por exemplo. Entre os muitos problemas da época, o abuso de bebidas alcoólicas mobilizava o poder público no sentido de saná-lo. A imigração, a migração, o desemprego, a educação entre outros, também eram fatores considerados relevantes para o entendimento e a reversão dessa situação (SEVCENKO, 1998, p.21-22).

No sentido de contribuir com tal saneamento, uma das propostas de caráter eugenista era a proibição do uso de bebidas alcoólicas “[...] no período do desenvolvimento do homem até o fim da maturidade [...]” (EUGENIA, 1929, p.5). E, passado este período, quando o homem podia consumi-lo, era necessário ficar atento à qualidade da bebida. Mas, somente essa medida não seria o suficiente, sendo preciso elevar a taxação de todas as bebidas alcoólicas, limitar as licenças dos negociantes, diminuir o horário de comércio de bebidas, bem como eliminá-

las das mesas nos bares. A proibição do uso de bebidas alcoólicas soma-se ao auxílio do recurso à reclusão do viciado em hospício.

Segundo Fernandes (1978), em termos quantitativos, parece que o número de alcoolistas era pequeno, seja em si mesmo, seja em confronto com o elevado número de freqüentadores habituais de bares e botequins. Entretanto, a aglomeração constante de pessoas sem trabalho – sendo em sua maioria negros e mulatos –, em lugares públicos acabou criando a convicção generalizada de que o alcoolismo grassava em todos os lugares. Outra idéia mal compreendida e exagerada era que o alcoolismo tinha maior ocorrência entre os negros:

[...] a aglomeração de negros e de mulatos pelas esquinas, nos terrenos baldios e, principalmente, nos bares ou nos botequins representava um produto direto da forma de sua acomodação à vida social urbana. A desocupação disfarçada involuntária era responsável pelo grande número de indivíduos que dispunham de ‘quase todo o tempo’ ou, então, pelo menos de ‘muito tempo’ para devotar ao ócio e ao entretenimento acessível a qualquer bolsa. Como não haviam outras formas conspícuas de utilização construtivas do lazer, o hábito de fazer reuniões nas esquinas, nos terrenos baldios, nos bares e nos botequins logo se converteu em verdadeiro padrão cultural (FERNANDES, 1978, p.164-165).

O abuso de bebidas alcoólicas e a loucura se constituíam em importantes problemas da sociedade brasileira e, estes problemas também estiveram presentes na agenda dos médicos eugenistas, que os combatiam ferrenhamente. E o escritor Lima Barreto sofreu as agruras destes males – agravados pelo receio das inovações científicas – que retratou, principalmente, em seu “Diário íntimo”.

Lima Barreto, sendo alcoolista e por duas vezes internado no hospício devido a seus delírios provocados pelo abuso de uso do álcool, sentiu na pele a dor da discriminação e relatou em seu “Diário do hospício” as dificuldades sofridas por ele. Havia, em 1920 – época em que Lima Barreto foi internado⁸ pela segunda e última vez –, 1.250 alienados internados, entre loucos, leprosos e alcoolistas.

Assim, o alcoolismo e a loucura constituem um dos principais aspectos trabalhados por Lima Barreto (2004a), quando escreve suas memórias, em seu

⁸ Hospício de Pedro II, inaugurado em 1852, que, em 1890, foi rebatizado com o nome de Hospital Nacional de Alienados. O hospício foi inaugurado com a capacidade para 350 pessoas, que logo depois, devido à ampliação, já contava com 800 internados.

“Diário do hospício”⁹, retratando uma sociedade na qual a divisão surge em função da raça, cor, classe social, profissão, vestes. No hospício, os doentes permaneciam confinados em pavilhões de observação, junto com os epiléticos, os tuberculosos, os leprosos e seções (a Seção Pinel¹⁰ – dos gratuitos, dos pobres, dos indigentes, dos sem-ninguém – e a Seção Calmeil – dos ricos).

Estes aparecem na organização do projeto físico, bem como na administração do hospício, segundo quatro seções principais: Pinel e Calmeil, para homens; e Morel e Esquirol, para mulheres – além de outras especiais, para epiléticos, crianças retardadas, híidas e epiléticas, tuberculosos, além do pavilhão de observação, com uma organização *sui generis*, dependendo do hospício, da polícia e da Faculdade de Medicina.

Das janelas dos quartos, via-se “[...] o jardim, a rua, os bondes, o mar e as montanhas de Niterói e Teresópolis” (BARRETO, 2004a, p.193). É, portanto, bem construído e seria adequado, não fosse o número exagerado de doentes¹¹. Na seção Pinel, relatou: “[...] é de esmagar, a contemplação, o contato, o convívio com quase duas centenas de loucos”. E esta a seção “[...] em que a imagem do que a Desgraça pode sobre a vida dos homens é mais formidável e mais cortante” (BARRETO, 2004a, p.180-181).

O hospício, segundo Resende (1987) com sua organização e administração peculiar, fazia parte de um projeto para sanear a cidade do Rio de

⁹ Após dez anos de obras, o Hospício de Pedro II foi inaugurado em 1852, como a primeira instituição brasileira exclusivamente destinada aos alienados e um emblema do projeto civilizatório do Segundo Reinado. Em janeiro de 1890, dois meses depois da Proclamação da República, um decreto desanexou-o da Santa Casa de Misericórdia – que até então o administrava – e transferiu-o para a responsabilidade do Estado, rebatizando-o de Hospício Nacional de Alienados. Em 1911, a instituição novamente mudou de nome, para Hospital Nacional de Alienados. Funcionou até 1944 e, cinco anos depois, passou a pertencer à Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro) (CALMON, 2004, p.11-89).

¹⁰ Em matéria publicada em 28 de janeiro de 1920, o jornal *O Paiz* assim se refere à “vasta seção Pinel”: “destinada aos imundos, aos indigentes, àqueles que a fatalidade privou da razão como a infelicidade já os havia privado de carinho, conforto, lar, raciocínio” (BARRETO, 2004a, p.182).

¹¹ O hospício foi inaugurado com capacidade para 350 pacientes, mas novos pavilhões ampliaram a lotação para 800 pessoas. Em 31 de dezembro de 1919, quando Lima Barreto estava internado, havia na instituição 1.250 alienados. A situação mais crítica era a da Seção Pinel, onde o escritor passou os primeiros dias. Com capacidade para comportar no máximo 200 pessoas, contava essa seção “cerca de 400 doentes”, segundo relatório do ministro da Justiça e Negócios Interiores, Alfredo Pinto Vieira de Mello, ao Presidente da República. No relatório, o Ministro afirma ter saído com “uma impressão desoladora” da sua primeira visita ao Hospital Nacional de Alienados (BARRETO, 2004a, p.192).

Janeiro, encabeçado pelo médico sanitário Oswaldo Cruz (1872-1917) e pelo médico psiquiatra Juliano Moreira (1873-1933), visando recolher as “sobras humanas” do processo de saneamento, “encerrá-las no asilo” e tentar, se possível, recuperá-las de algum modo. Com a urbanização acelerada, o crescente número de desempregados e imigrantes e a falta de higiene e saneamento, que aumentavam a proliferação de doenças, algo tinha de ser feito: recolher os doentes aos asilos e casas de saúde.

E esta percepção já era registrada por Lima Barreto em sua crônica intitulada “Os tais higienistas”, escrita para a *Careta*, em 04/12/1920:

O Senhor Chagas¹² é o mais alto representante da presunção médica.

Não vê que é preciso dinheiro para se ter uma boa alimentação, vestuário e domicílio, condições primordiais da mais elementar higiene; entretanto, por isto ou por aquilo, a maioria da população do Brasil se debate na maior miséria, luta com as maiores necessidades, não podendo obter aqueles elementos de vida senão precariamente, mesmo assim custando-lhe os olhos da cara.

Sua Excelência antes de expedir regulamentos minuciosos sobre tantos atos da nossa vida doméstica, devia ter o cuidado de facultar-nos os meios de realizar as suas exigências (BARRETO, 2004k, p.237).

De acordo com os eugenistas, dois motivos autorizavam o Estado a internar um louco: a caridade e a defesa social, isto é, a idéia de periculosidade: “O primeiro, quando elle é inoffensivo, e então a sua finalidade se limita ao próprio louco; o segundo, quando constitue um perigo para a sociedade, e então a sua finalidade tem por alvo a preservação social” (A PSYCHIATRIA..., 1930, p.4).

Na visão dos adeptos da eugenia, o alcoolismo levava à “loucura e ao crime”, sendo responsável, portanto, não somente pela perda da saúde física e mental do indivíduo, mas também pela degeneração da raça:

- ‘Ora o alcoolismo é a perda da saúde do corpo – estomago, fígado, rins, coração, artérias, nervos – atacados e estragados pelo veneno; é a perda da saúde mental – a embriaguez, o delírio alcoólico, o delirium tremens, a epilepsia e todas as psychoses das quaes o álcool é causa ocasional, quando não é a concorrente ou a determinante; é, finalmente, a degeneração da

¹² Carlos Chagas (1878-1934) médico sanitário.

raça, pois os filhos de alcoolistas são tarados, predispostos na primeira infância – á meningite, ás convulsões, á deficiência intellectual –, depois á loucura, ao crime’ (LIGIÉRO, 1930, p.19).

A hereditariedade era a explicação mais aceita pelos eugenistas sobre o alcoolismo e a loucura. Nesse sentido, os recursos da eugenia, tal como exame pré-nupcial e a proibição de casamentos, eram apresentados como um meio de combater tanto o alcoolismo quanto a loucura, um mal tão nocivo à sociedade.

Lima Barreto questionava a idéia de hereditariedade como causa do vício do alcoolismo, e por “preferir ir sempre mais longe”, desabafou:

Hoje (6 de novembro) fui à ilha pagar dívidas do meu pai (490); paguei-as uma a uma; entretanto, na volta, estava triste; na estação de São Francisco (vim pela Penha), ao embarcar, me invadiu tão grande melancolia, que resolvi descer à cidade. Que seria? Foi o vinho? Sim, porque tenho observado que o vinho em pequenas doses causa-me melancolia; mas não era o sentimento; era outro, um vazio n’alma, um travo amargo na boca, um escárnio interior. Que seria? (BARRETO, 1998, p.21-22).

E nesse desabafo, Lima Barreto vai deixando claro que em seu caso, seriam outros, os fatores determinantes:

Muitas influíram para que eu viesse a beber; mas, de todas elas, foi um sentimento ou pressentimento, um medo, sem razão nem explicação, de uma catástrofe doméstica sempre presente. Advinhava a morte de meu pai e eu sem dinheiro para enterrá-lo; previa moléstias com tratamento caro e eu sem recursos; amedrontava-me com uma demissão e eu sem fortes conhecimentos que me arranjassem colocação condigna com a minha instrução; e eu me aborrecia e procurava distrair-me, ficar na cidade, avançar pela noite adentro; e assim conheci o chopp, o *whisky*, as noitadas, amanhecendo na casa deste ou daquele (BARRETO, 1998, p.161).

E continua em seus questionamentos que sustentam a sua rejeição à explicação do alcoolismo como fator hereditário:

Demais, um vício que vem, em geral, pelo hábito individual, como pode de tal forma impressionar o aparelho da geração, a não ser para inutilizá-lo, até o ponto de determinar modificações transmissíveis pelas células próprias à fecundação? Por que mecanismo iam essas modificações transformar-se em caracteres

adquiridos e capazes de se constituírem em herança? Não sei responder isto e até hoje não sei responder, e ainda mais se me perguntava, nesse caso de alcoólico: no ato da geração, dado que fosse verdade essa sinistra teoria da herança de defeitos e vícios, o pai já seria deveras um alcoólico que tivesse as suas células fecundantes suficientemente modificadas, igualmente, para transmitir a sua desgraça ao filho virtual? (BARRETO, 2004a, p.123-124).

Lima Barreto confessou sua fraqueza, referindo-se à sua dificuldade para extirpar um vício que, “[...] além de me fazer porco, me faz burro” e, ainda, temer a morte: “*Não quero morrer, não; quero outra vida*” (BARRETO, 2004a, p.32).

Assim, Lima Barreto indagou a tese da hereditariedade, como uma explicação simplista, pouco lógica, para a manifestação sintomática da loucura ou de atos criminosos:

De mim para mim pensei: se um simples bêbado pode gerar um assassino, um quase-assassino (meu pai) bem é capaz de dar origem a um bandido (eu). **Assustava-me e revoltava-me. Seria possível que a ciência Tal dissesse? Não era possível. Havia ali, por força, uma alusão científica, um exagero, senão uma verdadeira imperfeição; e o meu pensamento de menino foi estudá-la, mas bem depressa.** Depois que a freqüência das prédicas positivistas deram-me, por negação, algumas vistas sobre as bases metafísicas das ciências, planejei estudá-las, decompô-las e marcar o grau de exatidão dos seus métodos, a sua conexão com o real, a deformação que ele trazia ao que passava de fato bruto para o dado na teoria científica; havia que aquilatar a colaboração da fatalidade da nossa inteligência nas leis, na contingência delas, as idéias primeiras – todo um programa de alta filosofia, de alta lógica e metafísica eu esboçava nas voltas com o cálculo de ‘pi’ (BARRETO, 2004a, p.125, grifo nosso).

Para os eugenistas, em geral, o alcoolismo, a loucura e a criminalidade eram, definitivamente, uma questão de hereditariedade:

É nos impossível fazer de um idiota, que herdou a sua debilidade mental (e eles são numerosos), um homem normal, ainda quando pudessemos dar-lhe a melhor instrução e educação [...]. Com outras palavras, as leis naturais são imutáveis; como o é, neste caso, a hereditariedade; essas leis não se deixam burlar (LUNDBORG, 1929, p.4).

Enquanto Lima Barreto contestava a idéia da hereditariedade como explicação para os males sociais, Kehl (1930c) a considerava como a explicação mais segura e adequada para entendê-los, pois a hereditariedade seria uma tendência inata e a transmissão dos caracteres físicos e psíquicos se repetiria nas gerações subseqüentes, tornando previsível o futuro. Desta forma, a partir do exame da:

Devemos frizar que há hereditariedade homologa e heterologa; de modo que a descendencia de um individuo, com um determinado mal, poderá ter descendencia com um mal identico (hereditariedade homologa) ou com males diversos (hereditariedade heterologa), mas, no primeiro como no segundo caso, dá-se o phenomeno de verdadeira hereditariedade quando a anomalia se repete na descendencia (KEHL, 1930c, p.2).

Kehl (1929c, p.3) confirmou sua idéia com base em investigação realizada nas prisões de Londres, pelo Dr. Goering:

- 1º- A disposição ao crime é hereditaria;**
- 2º- Os caracteres moraes são diretamente transmittidos dos paes aos filhos;**
- 3º- Existe uma diathese criminal de familia;
- 4º- Os caracteres considerados são mais accentuados quando os dois paes são affectados, simultaneamente, da referida diathese. Ao lado da herança como factor da criminalidade, devemos accrescentar o alcoolismo como responsavel por grande parte dos crimes, agindo por si só ou provocando a tara criminal que se achava em latencia! (KEHL, 1929c, p.3, grifo nosso).

Diante da gravidade da situação em que vivia a cidade, onde o alcoolismo já era um problema de saúde pública e na busca da cura para os alcoolistas, todos procedimentos e métodos eram justificados pelos médicos. Lima Barreto, enquanto conhecedor do estágio de desenvolvimento científico das pesquisas realizadas pelo mundo e das diferentes características apresentadas pelos indivíduos, alertava a sociedade sobre o perigo da propagação desses preceitos científicos. Segundo o escritor, essas idéias já condenavam doentes à reclusão e poderiam levá-los também à morte e adverte sobre uma realidade posterior:

Parecia-me que estávamos, quanto à experiência, ao método experimental, caindo nos mesmos erros e exageros que os escolásticos medievais com seus princípios aristotélicos, seus silogismos e outras alusões e preconceitos lógicos, em etiquetados, enfileirados e disciplinados. Sobretudo no que tocava aos confins da biologia e do que chamam sociologia ou estudos sociais, havia vícios insanáveis de pensar, e tudo o que parecia indução, resultado de experiências honestas e conclusões de documentos que as equivaliam, devia merecer uma crítica rigorosa, não só dessas experiências e documentos, como também dos instrumentos de observação e de exame - crítica que, neste e naquele ponto, já vinha sendo feita por espíritos mais livres, mais ousados, libertos das tiranias das academias e universidades (BARRETO, 2004a, p.125-126).

Neste contexto, o destino do alcoolista e do doente mental era responsabilidade do Estado, que o condenava a estar segregado, alienado entre as paredes de um hospício. Embora nenhuma pena fosse aplicada aos alienados do hospício, para Lima Barreto maior castigo e degradação não poderia haver do que estarem sujeitos aos mecanismos de isolamento e segregação internos. Nesta perspectiva, Lima Barreto confessava o temor de ser cobaia de uma experiência de:

[...] um processo novo de curar alcoolismo em que se empregasse uma operação melindrosa e perigosa. Pela primeira vez, fundamentalmente, eu senti a desgraça e o desgraçado. Tinha perdido toda a proteção social, todo o direito sobre o meu próprio corpo [...] (BARRETO, 2004a, p.230).

Nas primeiras décadas do século XX, várias teorias eram estudadas e aplicadas com o objetivo de explicar e organizar os problemas que surgiam. Uma delas, a teoria do médico criminalista César Lombroso¹³, desenvolveu a Criminologia, ciência baseada no Positivismo do filósofo francês Augusto Comte, que realizava uma abordagem do delinqüente como um ser dotado de especificidade.

Os criminosos e alienados tinham características fortemente parecidas no que se referia “[...] à violência, instabilidade de humor, excesso de paixões, insensibilidade afetiva e não raramente inclinações ao vício, principalmente o

¹³ César Lombroso (1835-1909) médico militar. Trabalhou como médico nas prisões, contribuindo, nos fins do século XIX, para o desenvolvimento da Criminologia no Brasil.

álcool, devendo assim, manterem-se afastados da sociedade [...]” (LOMBROSO, 2001, p.396), já que o alcoolismo poderia levar à loucura e concluiu:

[...] o maior número de criminosos vem de criminosos, ou de alcoólatras ou de tísicos, etc. e retornam todos à degenerescência sob outro nome. Não vêem, todavia, que, se diminuísimos a responsabilidade do indivíduo, nós a substituímos por aquela da sociedade que é bem mais exigente e mais severa? Que, se reduzimos a responsabilidade de um grupo de criminosos, longe de pretender amenizar sua condição, [...] nós reclamamos para eles uma detenção perpétua? (LOMBROSO, 2001, p.41).

O público simplesmente “[...] vê como criminoso um sujeito que passa pelo hospício [...]” (BARRETO, 2004a, p.185), não cogitando que qualquer um poderia enlouquecer, já que: “Choques morais, deficiência de inteligência, educação, instrução, vícios, todas essas causas determinam formas variadas e desconhecidas de loucura” (BARRETO, 2004a, p.190). Assim, Lima Barreto fundamenta sua crítica na sua visão do homem enquanto produto do meio, pois a loucura se reveste de diversas e infinitas formas. Descreve, em seu diário, como o álcool estava debilitando-o: “de há muito sabia que não podia beber cachaça. Ela me abala, combale, abate todo o organismo, desde os intestinos até à enervação. Já tenho sofrido muito com a teimosia de bebê-la. Preciso deixar inteiramente” (BARRETO, 1998, p.135).

Não obstante, essa metamorfose do doente em criminoso se legitimava de acordo com os preceitos da eugenia. Para seus defensores, o alcoolismo era visto não somente como doença do corpo, mas também uma doença social, pois: “[...] de todas as calamidades sociais o alcoolismo é talvez o que mais desastrosamente influe para a desgraça dos povos, a execução dos crimes e a degeneração da raça” (KEHL, 1931a, p.8).

Mas estas questões sociais, não passavam despercebidas por alguns eugenistas, tal como podemos observar nas afirmações de Almeida (1908):

[...] labores duros, cruéis, recebendo o calor ardente do sol, sentem necessidade de um estimulante e lá vão matar a sede nesse germen da embriaguez, tão feroz, tão forte como um outro qualquer – a cachaça.
Dahi nasce o abuso dessa bebida intolerável.
É a embriaguez tão commum nelles obrigando-os a cometer barbaridades até no próprio seio da família – dando na mulher,

maltratando a criancinha, sua filha e mais uma seqüência de factos tristes que peza-nos descrever [...]

Almas desgraçadas – que peito brasileiro não sente o teo padecer?

Outras vezes é aquella mesma bebida ensinando a praticar cousa mais horrenda, facto triste ante um mundo civilizado – o crime – e bem vivo repousa em nosso espírito os que têm se dado ultimamente em nosso meio.

Outras vezes não é a cachaça somente que lhe vae maltratar o corpo, porem um conjuncto de substancias que por exploração lhe são associadas por esses gringos de taverna como sejam: a pimenta, a arruda e sobretudo o tabaco, produzindo o verdadeiro envenenamento dos pobres [...] O habito que os pobres adquirem de beber a cachaça pode ser attribuido já ao trabalho a que são destinados, já a sua falta de recursos: elles chegam em casa nem água, nem outro alimento os espera, bebem-na então julgando saciar a fome e a sede e os acompanha muitas vezes quase toda a sua família (ALMEIDA, 1908, p.29-31).

Embora discordasse da explicação da hereditariedade para o vício do álcool, Lima Barreto assumiu ser o alcoolismo um “vício da intemperança”, na medida em que, descrevia seu sofrimento e relatava ter passado por muitas humilhações e cometido irresponsabilidades:

De mim para mim, tenho certeza de que não sou louco; mas devido ao álcool, misturado com toda espécie de apreensões que as dificuldades de minha vida material, há seis anos, me assoberbam, de quando em quando dou sinais de loucura: delírio (BARRETO, 1998, p.153).

Ao relembrar seus acessos de loucura, narrava episódios de alucinações fortes, logo dissipados; visões que persistiram por mais de 24 horas, e, momentos de lucidez, depois de toda uma noite perambulando pelos subúrbios à procura de “[...] uma delegacia, a fim de queixar-se ao delegado das coisas mais fantásticas dessa vida, vendo as coisas mais fantásticas que se possa imaginar [...]” (BARRETO, 2004a, p.40-41):

O grande móvel que impulsiona Lima Barreto a sondar as profundezas do desconhecido mar da loucura seria sua angústia produzida pelas suas próprias crises de alucinação e pelas experiências das internações delas decorrentes. Seria, pois, o esforço para buscar a verdade sobre si mesmo e sobre a sua própria loucura (ENGEL, 2003, p.76).

A questão da loucura era para Lima Barreto, um mistério, exigindo uma explicação que não fosse pueril. Convivendo com quase 20 loucos, não conseguiu ter uma impressão geral da loucura, pois em suas manifestações individuais “não havia uma relação de parentesco muito forte” (BARRETO, 2004a, p.43), o que o levava a refletir:

[...] há descrições pacientes de tais casos, revelando pacientes observações, mas uma explicação não há. Procuram os antecedentes, mas nós temos milhões [...] quase nunca os filhos de loucos são gerados quando eles são loucos; os filhos de alcoólicos, da mesma forma, não o são [...] (BARRETO, 2004a, p.44).

Mas, o álcool não era explicação satisfatória para o problema da loucura, que se manifesta em várias formas e, contudo, nenhuma poderia ser curada. Enquanto tratava de sua origem, ou buscava uma explicação, os doentes continuam sofrendo e essa situação estimulava Lima Barreto a criticar a ciência: “Até hoje. Tudo tem sido em vão, tudo tem sido experimentado; e os doutores mundanos ainda gritam nas salas [...] que a ciência tudo pode” (BARRETO, 2004a, p.44):

Poderia alongar-me mais na descrição dos doentes que me cercam. **Mas a loucura tem tantos pontos de contato de um indivíduo para outro, que seria arriscar tornar-me fastidioso se quisesse descrever muitos doentes [...]** Os outros deliram em redor de mim, se não choro, é apenas para não me julgarem totalmente louco. Imagino que essa convicção se enraíze nos médicos e me faça ficar aqui o resto da vida (BARRETO, 1998, p.171-180, grifo nosso).

Questionando se haveria contágio na loucura, Lima Barreto fez uma outra crítica, agora não mais em relação à incapacidade da ciência de oferecer resposta ao problema, mas ao tratamento dispensado à loucura pela ciência: a reclusão. Nas precárias condições de higiene em que viviam os doentes, impunha-se à pessoa humana a pior pena que existe, a privação da liberdade, a reclusão, porque, no que diz respeito à loucura, “[...] seguro morreu de velho e é melhor empregar o processo da Idade Média: a reclusão” (BARRETO, 2004a, p.64).

Para os médicos eugenistas, isolar o doente, era preciso, porque:

Isolam-se os indivíduos considerados perigosos para a sociedade; devem isolar-se os indivíduos considerados perigosos para a raça. Ha quem, posta a questão no terreno da sentimentalidade, julgue isso demasiado cruel [...] Mas não é, porventura, uma atrocidade maior ainda, não é mil vezes mais revoltante obter essa felicidade à custa do martyrio de pequeninos entes que não são culpados de ter nascido, e que vêm ao mundo apenas para expiar, entre os supplicios mais horriveis, o beijo egoista e criminoso dos paes? (DANTAS, 1930, p.5, grifo nosso).

Entretanto, para Lima Barreto, a ciência nada podia fazer contra o irremediável. Era por essa razão, necessário recorrer à reclusão, porque os médicos temiam colocar os loucos nas ruas. “Conheço loucos, médicos de loucos, há perto de 30 anos, e fio que a honestidade de cada um deles não lhe permitirá dizer que tenha curado um só” (BARRETO, 2004a, p.69). Em função da impossibilidade de cura para a loucura, o trabalho seria utilizado como terapia: “[...] o destino do doente mental seguirá irremediavelmente paralelo ao dos marginalizados de outra natureza: exclusão em hospitais, arremedos de prisões, reeducação por laborterapias, caricaturas de campos de trabalho forçado” (RESENDE, 1987, p.36).

Os questionamentos de Lima Barreto, como também a sua incredulidade frente às soluções e respostas dadas pela ciência, devia à sua experiência de vida e também às leituras sempre atuais do que acontecia no Brasil e no exterior. Ele conviveu com “loucos” desde a sua infância¹⁴, como também, com seu pai, que, em 1902, enlouqueceu e desabafou:

Perdi a esperança de curar meu pai! Coitado, não lhe afrouxa a mania que cada vez mais é uma só [...] Pobre de meu pai! Uma vida cheia de trabalhos, de afanosos trabalhos, acabar assim nesse “misterioso sofrimento” que me compunge! (BARRETO, 1998, p.50-51).

Lima Barreto fez uma crítica contundente, aos “representantes materialistas” da ciência, que tinham uma “fé profunda na arte que professavam”, sobre isto, discorreu:

¹⁴ Seu pai João Henriques foi promovido a almoxarife das Colônias de Alienados, da Ilha do Governador em 1891, onde Lima Barreto passou parte de sua infância e adolescência.

Eu sou dado ao maravilhoso, ao fantástico, ao hipersensível; nunca, por mais que quisesse, pude ter uma concepção mecânica, rígida do Universo e de nós mesmos. No último, no fim do homem e do mundo, há mistério e eu creio nele. Todas as prosápias sabichonas, todas as sentenças formais dos materialistas, e mesmo dos que não são, sobre as certezas da ciência, me fazem sorrir e, creio que este meu sorriso não é falso, nem precipitado, ele me vem de longas meditações e alanceantes dúvidas. Cheio de mistério e cercado de mistérios, talvez as alucinações que tive, as pessoas conspícuas e sem tara possam atribuí-las à herança, ao álcool, a outro qualquer fator ao alcance da mão. Prefiro ir mais longe [...] (BARRETO, 1998, p.163)

Ao final do Diário do hospício, a crítica de Lima Barreto à reclusão como indicação clínica para o problema da loucura, chegava ao extremo. Quando comparou o hospício não somente a uma prisão, mas também a um cemitério, pois ao descrever a saída de um recluso do hospital para casa, refletia que o doente, ao esperar a morte próxima, “Vai mudar de cemitério – coitado!” (BARRETO, 2004a, p.86).

Lima Barreto era contra toda e qualquer tipo de violência, principalmente, quando se tratava de “doentes mentais”, que segundo ele, eram “gentis” e, quando fugiam do hospício, iam até sua casa, na Ilha do Governador, brincar, comer, enfim:

Não me incomodo muito com o hospício, mas o que me aborrece é essa intromissão da polícia na minha vida [...] No começo, eu gritava, gesticulava, insultava, descompunha; dessa forma, vi-as familiarmente, como a coisa mais natural desse mundo. Só a minha agitação, uma frase ou outra desconexa, um gesto sem explicação denunciavam que eu não estava em minha razão. O que há em mim, meu Deus? Loucura? Quem sabe lá? (BARRETO, 1998, p.163-164).

Criticava, também, o tratamento que a polícia dispensava aos “doentes mentais”:

A polícia, não sei como e porquê, adquiriu a mania das generalizações, e as mais infantis. [...] **todo cidadão de cor há de ser por força um malandro, e todos os loucos hão de ser por força furiosos e só transportáveis em carros blindados.** É indescritível o que se sofre ali, assentado naquela espécie de solitária, pouco mais larga que a largura de um homem, cercado de ferro por todos os lados [...] Um suplício desses, a que não

sujeita a polícia os mais repugnantes e desalmados criminosos, entretanto, ela aplica a um desgraçado que teve a infelicidade de ensandecer, às vezes, por minutos [...] deveria dispor de injeções ou lá que for, para evitar esse antipático e violento recurso, que transforma um doente em assassino nato involuído para fera (BARRETO, 2004a, p.152-153, grifo nosso).

Em sua última internação no hospício, para tratamento do alcoolismo, Lima Barreto escreveu, no dia 4 de janeiro de 1920, em seu Diário do hospício, seu encontro com o alienista responsável pelo hospício:

Tinha que ser examinado pelo Henrique Roxo¹⁵. Há quatro anos nós nos conhecemos. É bem curioso esse Roxo. Ele me parece inteligente, estudioso, honesto, mas não sei porque não simpatizo com ele. Ele me parece desses médicos brasileiros imbuídos de um ar de certeza de sua arte, desdenhando inteiramente toda a outra atividade intelectual que não a sua e pouco capaz de examinar o fato por si. Acho-o muito livresco e pouco interessado em descobrir, em levantar um pouco o véu do mistério – que mistério! – que há na especialidade que professa. **Lê os livros da Europa, dos Estados Unidos, talvez; mas não lê a natureza.** Não tenho por ele antipatia; mas nada me atrai a ele. Perguntou-me por meu pai e eu lhe dei informações. Depois, disse-lhe que tinha sido posto ali por meu irmão, que tinha fé na onipotência da ciência e a credence do hospício. Creio que ele não gostou (BARRETO, 1998, p.153-154, grifo nosso).

Nestes termos, Lima Barreto expressou sua desconfiança da ciência quanto a sua competência para explicar a loucura. A única certeza para Lima Barreto era que da “[...] loucura não escapa nem filho de rico, filho de ex-ministro e senador do Império [...] O amor vence a morte, porém, a loucura nem ele vence” (BARRETO, 2004a, p.68), assim:

Debruçar sobre o mistério dela e decifrá-lo parece estar acima das forças humanas [..]

Não há dinheiro que evite a morte, quando ela tenha de vir; e não há dinheiro nem poder que arrebate um homem da loucura. Aqui no hospício, com as suas divisões de classes, de vestuário etc, eu só vejo um cemitério: uns estão de carneiro e outros de cova rasa. Mas, assim e assados, a loucura zomba de todas as vaidades e mergulha todos no insondável mar de seus caprichos incompreensíveis (BARRETO, 2004a, p.68-69, grifo nosso).

¹⁵ Henrique Roxo (1877-1969) médico psiquiatra, foi catedrático de Clínica Psiquiátrica em 1921 e Diretor do Instituto de Neuropatologia e membro da Academia Nacional de Medicina e da Liga Brasileira de Higiene Mental.

Para Lima Barreto, não eram os antecedentes que podia explicar a loucura, pois se assim fosse, a humanidade toda seria de loucos. “Há homens que, durante uma existência inteira, não demonstram o mínimo sinal de loucura e, ao fim da vida, perdem o juízo” (BARRETO, 2004a, p.228). Assim, essa explicação da loucura é acomodada, traduz um desejo de não invalidar uma afirmação da ciência, já aceita como verdade inquestionável na sociedade.

4 LIMA BARRETO: UMA DISCUSSÃO ATUAL

O objetivo geral deste estudo foi investigar a contribuição da educação escolar para o ideário da eugenia, no período de 1913 a 1931, no Brasil. Tivemos, ainda, como objetivo específico analisar as críticas do escritor Lima Barreto, até 1922, ano de sua morte, sobre educação, raça, alcoolismo e loucura.

Nesse percurso investigativo, observamos que os eugenistas tiveram um papel significativo no Brasil, no início do século XX, na medida em que se empenhavam para responder as questões daquela época, em relação à disseminação intensa de doenças infecciosas e doenças sexualmente transmissíveis, como também, problemas relacionados ao alcoolismo, crime e loucura, dentre outras. Para os eugenistas, o degenerado é o indivíduo que possui atributos morfológicos, psicológicos e físicos que não lhe permitem uma adaptação ao meio em que vive, tanto social como econômica. Preocupados com esses problemas, os eugenistas propunham como solução, principalmente, o isolamento do louco e do alcoolista, o exame pré-nupcial, a educação sexual e o ensino da genética nas escolas. Entendiam que esses problemas eram conseqüências da intensa miscigenação, ou seja, a mistura entre raças, principalmente, brancas e negras.

Desta forma, a educação seria uma possibilidade para contribuir na reversão dessa situação, visto conscientizar as pessoas de sua responsabilidade em relação a sua descendência, a sua prole, pois na medida em que introjetassem os conceitos eugênicos, as pessoas desejariam constituir famílias saudáveis ou optariam por não procriar.

Entretanto, deixavam claro que a educação tinha as suas limitações, pois pode moldar, inculcar hábitos saudáveis, como também, suprimir e inibir alguns comportamentos, porém, deve ser continuada, porque todo bom hábito adquirido morre com o mesmo, não é transmitido aos seus descendentes

A educação aqui evitaria talvez muito crime, muita prostituição, enfim, muita infelicidade, porém, ella seria incapaz de torcer essa má indole, transmutando-a em tendencias sadias. O grande remedio seria evitar a descendencia [...]

Educar tão somente, pouco ou nada vale, portanto, para o progresso da espécie. Porque o que a educação dá não se transmite á prole. Herda-se portanto a boa, ou a má indole. Não se herdam nem os bons nem os maus habitos, nem tão pouco os aperfeiçoamentos e as adaptações sociais conseguidas com a educação (DOMINGUES, 1929, p.136).

Nessa perspectiva, a educação para os eugenistas deveria ser um investimento, principalmente, para os indivíduos que têm boa herança genética. Para estes, a vantagem da educação seria enorme. A educação dos mais aptos, seria verdadeiramente um progresso. O meio físico ou social, influiria para estes como um despertador de certas qualidades herdadas. Já os que não as tinham, a educação, o meio social, nada poderia fazer, além de tentar moldá-lo, normatizá-lo e tentar suprimir maus hábitos e vícios.

A eugenia como ciência do melhoramento da espécie, não é apropriada igualmente pelos intelectuais e médicos. Mesmo havendo divergências entre eles quanto aos fundamentos desta ciência – estavam em sintonia com as necessidades da sociedade e de seus representantes, no que diz respeito ao embranquecimento do povo brasileiro e sua elevação como Nação.

Embora a morte de Lima Barreto tenha ocorrido em plena ascensão das idéias eugenistas no Brasil, a sua interlocução com os educadores e cientistas da época mantém-se atuais. Expressava claramente seu descrédito em relação à organização e às prioridades do sistema educacional vigente no Brasil. Desconfiava e até debochava das explicações científicas que atribuíam à natureza, os graves problemas e à desigualdade social que se avolumava a cada dia nas cidades brasileiras.

Lima Barreto acompanhando os estudos científicos, conseguia aquilatar idéias, conceitos e preconceitos em gestação, a partir dos estudos desenvolvidos pelas escolas de antropologia, pelos estudos de Darwin sobre a origem das espécies e pelos textos racistas que se popularizavam. Com isto, antecipou idéias que foram apropriadas posteriormente pela eugenia. Nesse sentido, as máximas científicas seduziam e ao mesmo tempo confundiam Lima Barreto, que em várias passagens se mostra em dúvida em relação a si mesmo.

Além da pertinência de suas polêmicas que resistem ao tempo e as análises rigorosas, a própria pessoa de Lima Barreto, refuta o ideário eugenista

na medida em que era um indivíduo mulato, alcoolista e vivendo seus últimos anos no hospício, pois “de quando em quando dou sinais de loucura; delírio”, como ele mesmo afirmou.

Portanto, um “degenerado”, cuja história, características pessoais e produção literária mantém viva a desconfiança das certezas científicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz de O. **Hygiene dos pobres**. These da Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador, 1908.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Mário de Gama Kury. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1985. [Traduzido do grego].

ARCHIVANDO... a Academia Nacional e os Imigrantes japonezes. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, n.9, p.3, set. 1929.

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 6.ed. Rio de Janeiro: UnB/UFRJ, 1996.

BARBOSA, Francisco de A. **A vida de Lima Barreto (1881-1922)**. 5.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília, INL, 1975.

_____. **A vida de Lima Barreto (1881-1922)**. 9.ed.rev. e ampl. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2003.

BARRETO, Lima. **Um longo sonho do futuro**: diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas. 2.ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

_____. **O cemitério dos vivos**: memórias. São Paulo: Planeta; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004a.

_____. Considerações oportunas. In: VALENÇA, Rachel. **Toda crônica**: Lima Barreto. Apresentação e Notas: RESENDE, Beatriz. Rio de Janeiro: Agir, 2004b. p.582-587.

_____. Continuo... In: VALENÇA, Rachel. **Toda crônica**: Lima Barreto. Apresentação e Notas: RESENDE, Beatriz. Rio de Janeiro: Agir, 2004c. v1. p.181.

BARRETO, Lima. Ideal Bel-Ami. In: VALENÇA, Rachel. **Toda crônica**: Lima Barreto. Apresentação e Notas: RESENDE, Beatriz. Rio de Janeiro: Agir, 2004d. v1. p.263-265.

_____. A instrução pública. In: VALENÇA, Rachel. **Toda crônica**: Lima Barreto. Apresentação e Notas: RESENDE, Beatriz. Rio de Janeiro: Agir, 2004e. v1. p.179-180.

_____. O momento. In: VALENÇA, Rachel. **Toda crônica**: Lima Barreto. Apresentação e Notas: RESENDE, Beatriz. Rio de Janeiro: Agir, 2004f. v1. p.174.

_____. Pela “seção livre”. In: VALENÇA, Rachel. **Toda crônica**: Lima Barreto. Apresentação e Notas: RESENDE, Beatriz. Rio de Janeiro: Agir, 2004g. v1. p.486-490.

_____. Problema vital. In: VALENÇA, Rachel. **Toda crônica**: Lima Barreto. Apresentação e Notas: RESENDE, Beatriz. Rio de Janeiro: Agir, 2004h. v1. p.456-458.

_____. As reformas e os doutores. In: VALENÇA, Rachel. **Toda crônica**: Lima Barreto. Apresentação e Notas: RESENDE, Beatriz. Rio de Janeiro: Agir, 2004i. v2. p.299-306.

_____. A superstição do doutor. In: VALENÇA, Rachel. **Toda crônica**: Lima Barreto. Apresentação e Notas: RESENDE, Beatriz. Rio de Janeiro: Agir, 2004j. v1. p.344-354.

_____. Os tais higienistas. In: VALENÇA, Rachel. **Toda crônica**: Lima Barreto. Apresentação e Notas: RESENDE, Beatriz. Rio de Janeiro: Agir, 2004k. v2. p.237-238.

_____. A universidade. In: VALENÇA, Rachel. **Toda crônica**: Lima Barreto. Apresentação e Notas: RESENDE, Beatriz. Rio de Janeiro: Agir, 2004l. v2. p.152-154.

CALMON, Pedro. **O Palácio da Praia Vermelha – (1852-1952)**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

CAMPOS, Francisco. A Eugenia e a reforma do ensino. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, n.28, p.4-6, abr. 1931.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva**: discurso sobre o espírito positivo; discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; catecismo positivista. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DANTAS, Julio. A propósito da Eugenia: degenerados. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, n.18, p.5-6, jun. 1930.

DIWAN, Pietra Stefania. **O espetáculo do feio**: práticas discursivas e redes de poder no eugenismo de Renato Kehl (1917-1937). 2003. 179f. Dissertação (Mestrado em História da Educação) – Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 2003.

DOMINGUES, Octavio. **A hereditariedade em face da educação**. São Paulo: Editora Comp. Melhoramentos, 1929. v.1.

_____. Os programmas de ensino e a genetica. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, n.13, ano 2, p.2-3, jan. 1930.

ENGEL, Magali G. A loucura, o hospício e a psiquiatria em Lima Barreto. In: CHALHOUB, Sidney et al. (Org.). **Artes e ofícios de curar no Brasil**: capítulos de história social. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p.57-98.

O ENSINO da Genética nas Escolas Primárias. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, n.11, p.4, nov. 1929.

EUGENIA e alcoolismo: (continuação e conclusão). **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, n.8, ano 1, p.5, ago. 1929.

FAUSTO, Boris. **Negócios e ócios**: histórias da imigração. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1978. v.1.

GARRAFA, Volnei. Prefácio. In: BOARINI, Maria Lucia (Org.). **Higiene e raça como projetos**: higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: Eduem, 2003. p.7-10.

GEPHE. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Higienismo e o Eugenismo. Universidade Estadual de Maringá – UEM. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1985. t. II: O Brasil monárquico. v.4: Declínio e queda do Império.

KEHL, Renato. **Melhoremos e prolonguemos a vida**: a valorização eugenica do homem. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1922.

_____. Educação e Eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, n.9, ano 1, p.1-2, set. 1929a.

_____. A eugenia no Brasil: esboço historico e bibliographico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1. Rio de Janeiro, v.1, p.47-48, 1929b.

_____. Herança e crime: os caracteres moraes são hereditarios? **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v.1, n.5, p.3, maio 1929c.

_____. Instituto Brasileiro de Eugenia: ligeiro esboço – fins do Instituto – o que é necessário fazer. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.2, 1929d.

_____. Questões de raça. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, n.6-7, ano 1, p.3-4, jun./jul. 1929e.

_____. O lar e a educação sexual das creanças. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, n.22, ano 2, p.1, out. 1930a.

_____. O problema da educação sexual: importancia eugenica da educação sexual – falsa compreensão e falsos preconceitos – como, quando e por quem deve ella ser ministrada. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, n.24, ano 2, p.1-3, dez. 1930b.

KEHL, Renato. Qual o mecanismo da hereditariedade normal e mórbida? **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, n.16, ano 2, p.2, abr. 1930c.

_____. O alcoolismo infantil no Brasil. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, n.30, ano 3, p.8, jun. 1931a.

_____. O ensino da Eugenia nas escolas secundarias. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, n.30, ano 3, p.5, jun. 1931b.

LIGIÉRO, Manoel. **Algumas considerações sobre o Neo-malthusianismo como factor Eugênico**. These de Doutorado. Rio de Janeiro, 1930.

LOMBROSO, César. **O homem delinqüente**. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.

LOPES, Silvana F. **A educação escolar na primeira república**: a perspectiva de Lima Barreto. 2006. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em: 1 mar. 2007.

LUIZI, Paulina. Educação sexual. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, n.24, p.3-5, dez. 1930.

LUNDBORG, Herman. Eugenia: hereditariedade e meio. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, n.1, p.3-4, jan.1929.

_____. Biologia racial: perspectivas e pontos de vistas eugenicos. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, n.14, p.2-3, fev. 1930.

_____. Cruzamento de raças. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, n.34, p.1-3, out. 1931.

MAI, Lílian D. **Boletim de eugenia (1929-1931)**: um estudo sobre forças educativas no Brasil. 1999. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1999.

MAIA, J. D. **Português Maia**. 9.ed. São Paulo: Ática, 2000.

MARQUES, Vera R. B. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e discurso eugênico. São Paulo: Editora Unicamp, 1994.

NAGLE, Jorge. A educação na primeira república. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil republicano, sociedade e instituições (1889-1930). t. III. São Paulo: Difel, 1978. v.2. p.259-291.

OLIVEIRA, C. B de. **Arte literária brasileira**. São Paulo: Moderna, 2000.

PENNA, Belisário. Prefácio. In: KEHL, Renato. **Melhoremos e prolonguemos a vida**: a valorização eugênica do homem. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1922. p.3-5.

A PSYCHIATRIA em nossas leis penaes. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, n.14, p.4-5, fev. 1930.

RESENDE, Heitor. Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In: COSTA, N. R.; TUNDIS, S. A. **Cidadania e loucura**: políticas de saúde mental no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1987. p.35-68.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da educação no Brasil**. 24.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ROXO, Henrique. O lar e a educação sexual das crianças. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, n.22, p.1-3, out. 1930.

SANTOS, Gislene A. dos. **A invenção do "ser negro"**: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHRAENEN, W. A Eugenia como ciencia e como ideal social. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, n.15, p.1-2, mar. 1930.

SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Luiz L. Cruzamento do branco com o preto. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, n.30, p.3-4, jun. 1931.

TUFANO, D. **Estudos de língua e literatura**. 5.ed. reform. São Paulo: Moderna, 1998.

VALENÇA, Rachel. **Toda crônica: Lima Barreto**. Apresentação e Notas: RESENDE, Beatriz. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v.2.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERISSIMO, José. **A educação nacional**. 3.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

XAVIER, Maria E. S. P. **A educação na sociedade brasileira: um exame das concepções e das práticas educacionais na produção literária nacional (1840-1920)**. Tese de Livre-Docência, Faculdade de Educação: UNICAMP, 2002.

APÊNDICE

Título das crônicas de Lima Barreto	Jornais e Revistas onde foram publicadas	Data de publicação
Francisco Braga – concertos sinfônicos	<i>A Lanterna</i>	01/12/1900
Sem título	<i>A Lanterna</i>	20/11/1902
Vendo a Brigada <i>Stegomya</i>	<i>Tagarela</i>	09/07/1903
Memórias de um <i>stegomya fasciata</i>	<i>Tagarela</i>	16/07/1903
Ópera ou circo?	<i>Tagarela</i>	23/07/1903
Uma coisa puxa a outra...I	<i>A Estação Teatral</i>	08/04/1911
Uma coisa puxa a outra...II	<i>A estação Teatral</i>	22/04/1911
A mulher brasileira	<i>Gazeta da Tarde</i>	27/04/1911
Maio	<i>Gazeta da Tarde</i>	04/05/1911
O caso do mendigo	<i>Gazeta da Tarde</i>	26/05/1911
Pintores, desenhistas, etc.	<i>A Estação Teatral</i>	10/06/1911
Qualquer coisa	<i>A Estação Teatral</i>	24/06/1911
Esta minha letra...	<i>Gazeta da Tarde</i>	28/06/1911
Que fim levou?	<i>Gazeta da Tarde</i>	10/07/1911
O convento	<i>Gazeta da Tarde</i>	21/07/1911
O Garnier morreu	<i>Gazeta da Tarde</i>	07/08/1911
Os nossos jornais	<i>Gazeta da Tarde</i>	18/10/1911
Palavras de um <i>snob</i> anarquista	<i>A Voz do Trabalhador</i>	15/05/1913
Os “cortes”	<i>Correio da Noite</i>	14/12/1914
O oráculo	<i>Correio da Noite</i>	17/12/1914
Quantos?	<i>Correio da Noite</i>	18/12/1914
Sobre a guerra	<i>Correio da Noite</i>	19/12/1914
O patriotismo	<i>Correio da Noite</i>	21/12/1914
Reflexões	<i>Correio da Noite</i>	22/12/1914
Não se zanguem	<i>Correio da Noite</i>	26/12/1914
A polícia suburbana	<i>Correio da Noite</i>	28/12/1914
A música	<i>Correio da Noite</i>	30/12/1914
A derrubada	<i>Correio da Noite</i>	31/12/1914
O Morcego	<i>Correio da Noite</i>	02/01/1915
Pólvora e cocaína	<i>Correio da Noite</i>	05/01/1915
Um exemplo	<i>Correio da Noite</i>	06/01/1915

Título das crônicas de Lima Barreto	Jornais e Revistas onde foram publicadas	Data de publicação
A lei	<i>Correio da Noite</i>	07/01/1915
A Amazônia	<i>Correio da Noite</i>	08/01/1915
As esquinas	<i>Correio da Noite</i>	09/01/1915
Com o "Binóculo"	<i>Correio da Noite</i>	11/01/1915
A propósito...	<i>Correio da Noite</i>	12/01/1915
A Biblioteca	<i>Correio da Noite</i>	13/01/1915
Os jornais dos estados	<i>Correio da Noite</i>	14/01/1915
Conhecem?	<i>Correio da Noite</i>	15/01/1915
O novo manifesto	<i>Correio da Noite</i>	16/01/1915
O nosso secretário	<i>Correio da Noite</i>	18/01/1915
As enchentes	<i>Correio da Noite</i>	19/01/1915
E o tal balazário?	<i>Correio da Noite</i>	21/01/1915
Ao Senhor Lucas do Prado	<i>Correio da Noite</i>	22/01/1915
Os próprios nacionais	<i>Correio da Noite</i>	23/01/1915
A volta	<i>Correio da Noite</i>	26/01/1915
Não as matem	<i>Correio da Noite</i>	27/01/1915
Não é possível	<i>Correio da Noite</i>	28/01/1915
Um conselho	<i>Correio da Noite</i>	29/01/1915
As manguinhas de fora...	<i>Correio da Noite</i>	11/02/1915
O momento	<i>Correio da Noite</i>	03/03/1915
Os pintores	<i>Correio da Noite</i>	05/03/1915
Os exames	<i>Correio da Noite</i>	06/03/1915
Um fato	<i>Correio da Noite</i>	09/03/1915
A pecuária	<i>Correio da Noite</i>	10/03/1915
A instrução pública	<i>Correio da Noite</i>	11/03/1915
Continuo...	<i>Correio da Noite</i>	13/03/1915
A chegada	<i>Careta</i>	27/03/1915
Um candidato	<i>Careta</i>	03/04/1915
Um bom diretor	<i>Careta</i>	03/04/1915
A Filomena	<i>Careta</i>	10/04/1915
Os quatro filhos d'Aymon	<i>Careta</i>	17/04/1915

Título das crônicas de Lima Barreto	Jornais e Revistas onde foram publicadas	Data de publicação
A consulta	<i>Careta</i>	17/04/1915
Que rua é esta?	<i>Careta</i>	24/04/1915
Carta de um pai de família ao doutor	<i>Careta</i>	24/04/1915
Chefe de Polícia	<i>Careta</i>	24/04/1915
Quase doutor	<i>Careta</i>	08/05/1915
Abertura do Congresso	<i>Careta</i>	08/05/1915
Medidas de Sua Excelência	<i>Careta</i>	08/05/1915
Um entendido	<i>Careta</i>	15/05/1915
Escola de deputados	<i>Careta</i>	22/05/1915
Uma anedota	<i>Careta</i>	29/05/1915
A nova glória	<i>Careta</i>	26/06/1915
Ontem e hoje	<i>Careta</i>	26/06/1915
O café	<i>Careta</i>	26/06/1915
Era preciso...	<i>Careta</i>	03/07/1915
Faustino	<i>Careta</i>	03/07/1915
O rico mendigo	<i>Careta</i>	24/07/1915
História macabra	<i>Careta</i>	17/07/1915
País rico	<i>Careta</i>	31/07/1915
O “muambeiro”	<i>Careta</i>	07/08/1915
Novas reformas	<i>Careta</i>	07/08/1915
Defesa da Pátria	<i>Careta</i>	21/08/1915
O serviço das eleições	<i>Careta</i>	28/08/1915
Projeto de lei	<i>Careta</i>	04/09/1915
Firmeza política	<i>Careta</i>	11/09/1915
A gratidão do Assírio	<i>Careta</i>	11/09/1915
Cincinato, o romano	<i>Careta</i>	18/09/1915
Oposição jornalística	<i>Careta</i>	18/09/1915
Ex-Homem	<i>Careta</i>	25/09/1915
Futura notícia	<i>Careta</i>	25/09/1915
O ideal	<i>Careta</i>	02/10/1915
Depois de velho...	<i>Careta</i>	02/10/1915

Título das crônicas de Lima Barreto	Jornais e Revistas onde foram publicadas	Data de publicação
Exemplo a imitar	<i>Careta</i>	09/10/1915
Colônia carioca	<i>Careta</i>	09/10/1915
Uma lembrança	<i>Careta</i>	16/10/1915
A fraude eleitoral	<i>Careta</i>	30/10/1915
As teorias do doutor Caruru	<i>Careta</i>	30/10/1915
De forma que...	<i>Careta</i>	16/11/1915
Os outros	<i>Careta</i>	11/12/1915
O conagraçamento	<i>Careta</i>	18/12/1915
O Estrela	<i>Almanaque d'A Noite</i>	23/05/1916
O ideal do Bel-Ami	<i>A.B.C.</i>	25/11/1916
Mais uma	<i>A.B.C.</i>	31/03/1917
Carta fechada – Meu maravilhoso		31/03/1917
Senhor Zé Rufino	<i>A.B.C.</i>	12/05/1917
O que o “Gigante” viu e me disse	<i>O Debate</i>	19/07/1917
Sobre o desastre	<i>Revista da Época</i>	20/07/1917
A defesa do Senhor Café (<i>uma subscrição</i>)	<i>Dom Quixote</i>	01/08/1917
Ao Caio M. de Barros	<i>O Debate</i>	09/08/1917
Carta aberta	<i>O Debate</i>	08/09/1917
Sobre a carestia	<i>O Debate</i>	15/09/1917
São Paulo e os estrangeiros	<i>O Debate</i>	06/10/1917
São Paulo e os estrangeiros II	<i>O Debate</i>	13/10/1917
Coisas americanas I	<i>O Debate</i>	06/10/1917
Coisas americanas II	<i>O Debate</i>	27/10/1917
A vaga da Academia	<i>Lanterna</i>	17/01/1918
Literatura e política	<i>A Lanterna</i>	18/01/1918
O que é, então?	<i>Lanterna</i>	22/01/1918
O anel dos musicistas	<i>A Lanterna</i>	25/01/1918
Estudos brasileiros	<i>Lanterna</i>	26/01/1918
Lavar a honra, matando?	<i>Lanterna</i>	28/01/1918
No campo de Agramante	<i>Lanterna</i>	29/01/1918
Até que afinal!...	<i>A.B.C.</i>	02/02/1918

Título das crônicas de Lima Barreto	Jornais e Revistas onde foram publicadas	Data de publicação
Histrião ou literato?	<i>Revista Contemporânea</i>	15/02/1918
Cada raça tem um Calino	<i>A.B.C.</i>	23/02/1918
Os matadores de mulheres	<i>Lanterna</i>	18/03/1918
Padres e frades	<i>Lanterna</i>	23/03/1918
Moralidade?	<i>Lanterna</i>	22/04/1918
As formigas e o prefeito	<i>Lanterna</i>	04/05/1918
No ajuste de contas...	<i>A.B.C.</i>	11/05/1918
A superstição do doutor	<i>Gazeta de Notícias</i>	05/1918
Tenho esperança que...	<i>A.B.C.</i>	08/06/1918
O Franco...	<i>Brás Cubas</i>	04/07/1918
O Clube de Engenharia	<i>Brás Cubas</i>	11/07/1918
Vera Zassulitch	<i>Brás Cubas</i>	14/07/1918
Não há remédio...		20/07/1918
Sobre o <i>football</i>	<i>Brás Cubas</i>	15/08/1918
Velhos "apedidos" e velhos anúncios	<i>Brás Cubas</i>	22/08/1918
A nossa filantropia	<i>A.B.C.</i>	24/08/1918
Como budistas	<i>A.B.C.</i>	31/08/1918
A mudança do Senado	<i>Brás Cubas</i>	26/09/1918
A amanuensa	<i>A..B.C.</i>	05/10/1918
Elogio da morte	<i>A..B.C.</i>	19/10/1918
A polícia republicana	<i>A.B.C.</i>	19/10/1918
A corte do Itamarati	<i>A.B.C.</i>	02/11/1918
Da minha cela	<i>A B.C.</i>	30/11/1918
A matemática não falha	<i>Revista Souza Cruz</i>	07/12/1918
Carta aberta	<i>A.B.C.</i>	14/12/1918
Não valia a pena	<i>A.B.C.</i>	21/12/1918
Um ofício da A.P.S.A.	<i>A.B.C.</i>	28/12/1918
Alvarás, cartas régias, etc.		1918
Procurem a sua Josefinal!	<i>A.B.C.</i>	04/01/1919
São capazes de tudo...	<i>A.B.C.</i>	11/01/1919
Quem será, afinal?	<i>A.B.C.</i>	25/01/1919

Título das crônicas de Lima Barreto	Jornais e Revistas onde foram publicadas	Data de publicação
Problema vital	<i>Revista Contemporânea</i>	22/02/1919
Sobre o maximalismo	<i>Revista Contemporânea</i>	01/03/1919
Os uxoricidas e a sociedade brasileira	<i>Revista Contemporânea</i>	08/03/1919
Sobre o nosso teatro	<i>Revista Contemporânea</i>	15/03/1919
O nosso “ianquismo”	<i>Revista Contemporânea</i>	22/03/1919
Pela “Seção Livre”	<i>Revista Contemporânea</i>	29/03/1919
O chefe político e o seu eleitor	<i>O Malho</i>	01/04/1919
A circular do Reverendo Vigário-Geral	<i>Revista Contemporânea</i>	12/04/1919
Coisas eleitorais	<i>Revista Contemporânea</i>	19/04/1919
As pequenas revistas		26/04/1919
As escoras sabichonas		04/1919
A guerra faliu	<i>Argos</i>	01/05/1919
Henrique Rocha	<i>O Estado</i>	22/06/1919
Querei encontrar marido? – aprendei!	<i>Hoje</i>	26/06/1919
O Jardim Botânico e as suas palmeiras	<i>Tudo</i>	26/06/1919
A causa única	<i>O Malho</i>	28/06/1919
Meia página de Renan	<i>Revista Contemporânea</i>	03/07/1919
As lições da Grande Guerra	<i>Hoje</i>	03/07/1919
Eu também!	<i>Comédia</i>	05/07/1919
A missão dos utopistas	<i>A Notícia</i>	06/07/1919
O edifício da Cruz Vermelha	<i>Hoje</i>	10/07/1919
A Academia Nacional de Medicina I	<i>Revista Contemporânea</i>	12/07/1919
A Academia Nacional de Medicina II	<i>Revista Contemporânea</i>	26/07/1919
Invenções e descobertas	<i>Boletim Mundial (ABI)</i>	16/07/1919
No primor da elegância	<i>O Malho</i>	19/07/1919
A casa dos espantos	<i>Atualidade</i>	20/07/1919
Uma fita acadêmica	<i>A.B.C.</i>	02/08/1919
Considerações oportunas	<i>A.B.C.</i>	16/08/1919
Modas femininas e outras	<i>Careta</i>	13/09/1919
Nós! hein?	<i>Careta</i>	13/09/1919
A minha Alemanha	<i>A.B.C.</i>	20/09/1919

Título das crônicas de Lima Barreto	Jornais e Revistas onde foram publicadas	Data de publicação
A carroça dos cachorros	<i>Careta</i>	20/09/1919
Negócio de maximalismo	<i>Careta</i>	20/09/1919
A tal história da aniagem	<i>A.B.C.</i>	27/09/1919
Os correspondentes	<i>Careta</i>	27/09/1919
Atribuições de um vendeiro	<i>Careta</i>	27/09/1919
Uma partida de <i>football</i>	<i>Careta</i>	04/10/1919
As vaporosas	<i>Careta</i>	04/10/1919
Cuidado!!	<i>Careta</i>	04/10/1919
O nosso caboclismo	<i>Careta</i>	11/10/1919
No “mafuá” dos padres	<i>Careta</i>	11/10/1919
Um “desafio” histórico	<i>Dom Quixote</i>	15/10/1919
Providências policiais	<i>Careta</i>	18/10/1919
O repórter e o júri	<i>Careta</i>	18/10/1919
Falta de numerário	<i>Careta</i>	25/10/1919
É pequena!	<i>Careta</i>	25/10/1919
Casos do júri	<i>O Estado</i>	25/10/1919
Liga de Defesa Nacional	<i>Careta</i>	25/10/1919
Variações sobre um artigo	<i>A.B.C.</i>	25/10/1919
Cousas parlamentares	<i>Careta</i>	25/10/1919
Um debate acadêmico	<i>Careta</i>	25/10/1919
Linhas de tiro	<i>Careta</i>	01/11/1919
Verdadeiro expoente	<i>Careta</i>	01/11/1919
Coerência	<i>Careta</i>	01/11/1919
Histórias de Niterói	<i>Careta</i>	01/11/1919
Um domingo de discursos	<i>A.B.C.</i>	15/11/1919
Efeitos da lei valetudinária	<i>Careta</i>	15/11/1919
Concurso para a cozinha	<i>Careta</i>	22/11/1919
Novidades	<i>Careta</i>	22/11/1919
Podem fazer?	<i>Careta</i>	22/11/1919
Festas nacionais	<i>Careta</i>	29/11/1919
Limites entre estados e municípios	<i>Careta</i>	06/12/1919

Título das crônicas de Lima Barreto	Jornais e Revistas onde foram publicadas	Data de publicação
Academia de Letras	<i>Careta</i>	13/12/1919
O saldo	<i>Careta</i>	20/12/1919
Qualquer serve	<i>Careta</i>	27/12/1919
Polícia do distrito	<i>Careta</i>	27/12/1919
Após a guerra	<i>A.B.C.</i>	12/1919
Edificantes notas ao Southey	<i>Revista do Sul</i>	1919
Extravagâncias oficiais	<i>A.B.C.</i>	17/01/1920
Coisas administrativas	<i>Careta</i>	17/01/1920
Amor, cinema e telefone	<i>Careta</i>	24/01/1920
Tribunal histórico republicano	<i>Careta</i>	24/01/1920
Os precalços do budismo	<i>Careta</i>	31/01/1920
A moda feminina	<i>Careta</i>	31/01/1920
<i>Habeas corpus</i> curioso	<i>A.B.C.</i>	14/02/1920
O caso da <i>A Folha</i>	<i>A Folha</i>	14/02/1920
O pai da idéia	<i>Careta</i>	14/02/1920
O doutor Frontin e o feminismo	<i>Careta</i>	14/02/1920
Simple reparo	<i>A.B.C.</i>	21/02/1920
O cedro de Teresópolis		27/02/1920
Duas relíquias	<i>A.B.C.</i>	28/02/1920
Sobre o carnaval		02/1920
O “negócio” da Bahia	<i>A.B.C.</i>	06/03/1920
Uma outra	<i>Careta</i>	06/03/1920
Otávio Carneiro	<i>O Estado</i>	09/03/1920
Um problema	<i>Careta</i>	13/03/1920
A universidade		13/03/1920
Assunto sério	<i>Careta</i>	13/03/1920
Queixa de defunto	<i>Careta</i>	20/03/1920
Os cachorros da “Barra”	<i>Careta</i>	27/03/1920
Legião da Mulher brasileira	<i>A.B.C.</i>	27/03/1920
Livros de viagens	<i>Gazeta de Notícias</i>	16/04/1920
Memórias da guerra		17/04/1920

Título das crônicas de Lima Barreto	Jornais e Revistas onde foram publicadas	Data de publicação
Fabricantes de países		24/04/1920
Fala o corvo	<i>Careta</i>	01/05/1920
O doutor Gandola	<i>Careta</i>	08/05/1920
País rico	<i>Careta</i>	08/05/1920
Grève inútil	<i>Careta</i>	22/05/1920
Amazonas do <i>Assírio</i>	<i>Careta</i>	22/05/1920
Uma idéia	<i>Careta</i>	29/05/1920
O meu almoço	<i>A Notícia</i>	03/06/1920
Cavendish, na Guanabara	<i>Careta</i>	05/06/1920
Mina de ferro e aço	<i>Careta</i>	15/06/1920
Vantagens do <i>football</i>	<i>Careta</i>	19/06/1920
O Conselho Municipal e a arte	<i>Hoje</i>	08/07/1920
Vocações	<i>Careta</i>	10/07/1920
Alta cultura	<i>Careta</i>	10/07/1920
Chapéus, etc.	<i>Careta</i>	24/07/1920
Recitais	<i>Careta</i>	14/08/1920
Um sociólogo	<i>Careta</i>	21/08/1920
Megalomania	<i>Careta</i>	28/08/1920
Reis modernos	<i>Careta</i>	04/09/1920
O tal “dia”	<i>Careta</i>	04/09/1920
Acumulações e comendas	<i>Careta</i>	11/09/1920
Papel-moeda	<i>Careta</i>	18/09/1920
Os grandes tapeceiros	<i>Careta</i>	25/09/1920
A universidade	<i>Careta</i>	25/09/1920
Banquetes	<i>Careta</i>	25/09/1920
Uma anedota	<i>Careta</i>	16/10/1920
Sobre a arte culinária	<i>Careta</i>	23/10/1920
Como é?	<i>Careta</i>	23/10/1920
O rei e a galeota	<i>Careta</i>	23/10/1920
Macaquitos	<i>Careta</i>	23/10/1920
A freqüência escolar	<i>Careta</i>	30/10/1920

Título das crônicas de Lima Barreto	Jornais e Revistas onde foram publicadas	Data de publicação
Arte de Vatel	<i>Careta</i>	30/10/1920
Carta aberta, ao jeito dos bilhetes de João do Rio	<i>Careta</i>	13/11/1920
Arte culinária	<i>Careta</i>	13/11/1920
O Haroldo	<i>Careta</i>	04/12/1920
Divertimento?	<i>Careta</i>	04/12/1920
“Encrencas” nacionais	<i>Careta</i>	04/12/1920
Fato inédito	<i>Careta</i>	04/12/1920
Os tais higienistas	<i>Careta</i>	04/12/1920
Sabedoria esverdinhada	<i>Careta</i>	11/12/1920
O destino do Chaves	<i>Careta</i>	15/12/1920
Anúncios...anúncios...		1920
Homem ou boi de canga?	<i>A.B.C.</i>	1920
Mais uma vez	<i>A.B.C.</i>	1920
A nossa situação	<i>A.B.C.</i>	1920
Dous livros	<i>A.B.C.</i>	1920
Sestros brasileiros	<i>A.B.C.</i>	1920
Uma simples nota		1920
Uma conferência esportiva	<i>Careta</i>	01/01/1921
A questão dos “poveiros”	<i>Gazeta de Notícias</i>	02/01/1921
“Mansão Olímpica” e os “apedidos”	<i>Careta</i>	08/01/1921
D’Annunzio e Lênin	<i>A.B.C.</i>	08/01/1921
Seria o “suco”	<i>Careta</i>	08/01/1921
O prefeito e o povo	<i>Careta</i>	15/01/1921
O cultivo do “jerimum”	<i>Careta</i>	15/01/1921
As reformas e os “doutores”	<i>Gazeta de Notícias</i>	16/01/1921
Cosia de “mafuá”	<i>Careta</i>	22/01/1921
O Império de Petrópolis	<i>Careta</i>	22/01/1921
Uma opinião de peso	<i>Careta</i>	22/01/1921
O poderoso doutor Matamorros	<i>Careta</i>	05/02/1921
As mulheres na Academia	<i>Careta</i>	19/02/1921

Título das crônicas de Lima Barreto	Jornais e Revistas onde foram publicadas	Data de publicação
Coisas jurídicas	<i>Careta</i>	19/02/1921
A grève da Cantareira	<i>Careta</i>	19/02/1921
Eleições	<i>Careta</i>	26/02/1921
Automóveis oficiais	<i>Careta</i>	26/02/1921
O motivo da zanga	<i>Careta</i>	05/03/1921
Os doutores militares da Polícia	<i>Careta</i>	12/03/1921
Fábricas e arsenais bélicos	<i>Careta</i>	12/03/1921
Os médicos e o espírita	<i>A.B.C.</i>	19/03/1921
Leitura de jornais	<i>Careta</i>	19/03/1921
Uma entrevista	<i>Careta</i>	26/03/1921
Educação física	<i>A.B.C.</i>	09/04/1921
A questão dos telefones	<i>Careta</i>	09/04/1921
O reconhecimento	<i>Careta</i>	09/04/1921
Mas...esses americanos...	<i>Careta</i>	16/04/1921
O nosso feminismo	<i>Careta</i>	16/04/1921
Até Mirassol I (Notas de viagem)	<i>Careta</i>	23/04/1921
Até Mirassol II (Notas de viagem)	<i>Careta</i>	30/04/1921
Até Mirassol III (Notas de viagem)	<i>Careta</i>	07/05/1921
A prenda	<i>Careta</i>	30/04/1921
Manuel de Oliveira	<i>Revista Souza Cruz</i>	01/05/1921
Dias de roça (Carta)	<i>Careta</i>	14/05/1921
A Liga do Coração	<i>Careta</i>	14/05/1921
Generosidade	<i>Careta</i>	25/06/1921
A origem do homem	<i>Careta</i>	25/06/1921
Alto comércio	<i>Careta</i>	09/07/1921
Voto feminino	<i>Careta</i>	09/07/1921
Feiras livres	<i>Careta</i>	16/07/1921
Pobre Euclides! (Ao doutor Cortes Júnior)	<i>Careta</i>	16/07/1921
Com o Liró	<i>Careta</i>	23/07/1921
A revolta do mar	<i>Careta</i>	23/07/1921
Feiras e mafuás	<i>Gazeta de Notícias</i>	28/07/1921

Título das crônicas de Lima Barreto	Jornais e Revistas onde foram publicadas	Data de publicação
Medidas de emergência	<i>Careta</i>	30/07/1921
Coisas do Jambon	<i>Careta</i>	30/07/1921
O conde e o visconde; dois generosos	<i>Careta</i>	06/08/1921
Botafogo e os pró-homens	<i>Careta</i>	06/08/1921
A túnica de Néssus das leis	<i>A.B.C.</i>	06/08/1921
A minha candidatura	<i>Careta</i>	13/08/1921
A pescaria	<i>Careta</i>	13/08/1921
Caridades...	<i>Careta</i>	20/08/1921
Vejam só	<i>Careta</i>	20/08/1921
Uma nota	<i>Careta</i>	27/08/1921
“Prensas” e “guitarras”	<i>Careta</i>	27/08/1921
Atribuições de um autor	<i>Careta</i>	10/09/1921
Um fiscal de jogo	<i>Careta</i>	10/09/1921
Graças a Deus!	<i>Careta</i>	17/09/1921
Carta aberta	<i>Careta</i>	24/09/1921
<i>Doux Pays</i>	<i>Careta</i>	24/09/1921
A poliantéia das burocratas	<i>Rio-Jornal</i>	26 e 27/09/1921
Falar inglês	<i>Careta</i>	01/10/1921
O meu conselho	<i>A.B.C.</i>	01/10/1921
Bendito <i>football</i>	<i>Careta</i>	01/10/1921
Estupendo melhoramento	<i>Careta</i>	01/10/1921
Declaração necessária (O caso dos 250 contos)	<i>Careta</i>	01/10/1921
A estação	<i>Gazeta de Notícias</i>	16/10/1921
Método confuso (Crítica teológica, metafísica e positiva)	<i>Careta</i>	08/10/1921
A lógica do maluco	<i>Careta</i>	08/10/1921
Importância da dança no intercâmbio comercial	<i>A.B.C.</i>	08/10/1921
Academia dos Moços	<i>Careta</i>	29/10/1921
Manifestações políticas	<i>Careta</i>	29/10/1921
15 de Novembro	<i>Carreta</i>	26/11/1921

Título das crônicas de Lima Barreto	Jornais e Revistas onde foram publicadas	Data de publicação
O fabricante de diamantes	<i>A.B.C.</i>	26/11/1921
Bônus da Independência	<i>Careta</i>	17/12/1921
Em Petrópolis	<i>Careta</i>	17/12/1921
O trem de subúrbios	<i>Gazeta de Notícias</i>	21/12/1921
Egresso de Petrópolis	<i>Careta</i>	31/12/1921
Será sempre assim?	<i>A.B.C.</i>	07/01/1922
Feminismo e o voto feminino (Estudo de Ciência Social)	<i>Careta</i>	07/01/1922
As glórias do Brasil	<i>Careta</i>	07/01/1922
Variações...	<i>A.B.C.</i>	14/01/1922
O encerramento do Congresso	<i>Careta</i>	14/01/1922
O pré-carnaval	<i>Careta</i>	14/01/1922
O feminismo invasor...	<i>A.B.C.</i>	21/01/1922
Relíquias, ossos e colchões	<i>Careta</i>	28/01/1922
Enfermeiras louras e mosquitos zumbidores	<i>Careta</i>	28/01/1922
Bailes e divertimentos suburbanos	<i>Gazeta de Notícias</i>	07/02/1922
O que se dirá “deles”	<i>Careta</i>	18/02/1922
Carnaval e a eleição do “bambã”	<i>Careta</i>	04/03/1922
A <i>Maça</i> e a polícia	<i>Careta</i>	11/03/1922
Paulino e o “mafuá”	<i>Careta</i>	11/03/1922
O carnaval e a morte	<i>Careta</i>	11/03/1922
Escolas de enfermeiras	<i>Careta</i>	25/03/1922
Teias de aranha	<i>Careta</i>	01/04/1922
Como resposta	<i>Rio-Jornal</i>	16/01/1922
Como resposta	<i>Careta</i>	08/04/1922
O feminismo em ação	<i>Careta</i>	08/04/1922
Na Avenida	<i>Careta</i>	15/04/1922
Ainda e sempre	<i>Careta</i>	16/05/1922
Uma atuação da Dona Berta	<i>Careta</i>	16/05/1922
Comédia nacional	<i>Careta</i>	27/05/1922

Título das crônicas de Lima Barreto	Jornais e Revistas onde foram publicadas	Data de publicação
Melhoramentos	<i>Careta</i>	27/05/1922
Feminismo internacional	<i>Careta</i>	03/06/1922
Iaiá das Marimbas	<i>Careta</i>	03/06/1922
Não queria, mas...	<i>Careta</i>	03/06/1922
Bilhete	<i>Careta</i>	17/06/1922
No próximo centenário	<i>Careta</i>	24/06/1922
O <i>football</i>	<i>Careta</i>	01/07/1922
Bilhete	<i>Careta</i>	08/07/1922
Transatlantismo	<i>Careta</i>	08/07/1922
Palavras dum simples	<i>Hoje</i>	22/07/1922
Vestidos modernos	<i>Careta</i>	22/07/1922
O “Estácio” atual	<i>Careta</i>	22/07/1922
O futurismo	<i>Careta</i>	22/07/1922
De Cascadura ao Garnier	<i>Careta</i>	29/07/1922
Hotel Sete de Setembro	<i>Careta</i>	05/08/1922
Lei de Imprensa	<i>Careta</i>	05/08/1922
O nosso feminismo	<i>A.B.C.</i>	12/08/1922
Rocha, o guerreiro	<i>Careta</i>	19/08/1922
Um do povo	<i>Careta</i>	19/08/1922
O telefone e seu inventor	<i>Careta</i>	26/08/1922
O nosso esporte	<i>A.B.C.</i>	26/08/1922
Os enterros de Inhaúma	<i>Careta</i>	26/08/1922
A comédia brasileira	<i>Careta</i>	02/09/1922
Na segunda classe	<i>Careta</i>	02/09/1922
Este sujeito	<i>Careta</i>	09/09/1922
Uma iniciativa	<i>Careta</i>	30/09/1922
O centenário	<i>Careta</i>	30/09/1922
Pedro I e José Bonifácio	<i>Careta</i>	07/10/1922
Congressos	<i>Careta</i>	07/10/1922
Novos ministérios	<i>Careta</i>	14/10/1922
Exportação de frutas	<i>Careta</i>	11/11/1922

Título das crônicas de Lima Barreto	Jornais e Revistas onde foram publicadas	Data de publicação
Médicos e gramáticos	<i>Careta</i>	11/11/1922
Uma surpresa da Exposição	<i>Careta</i>	11/11/1922
Herói!	<i>Careta</i>	18/11/1922
Dissidências	<i>Careta</i>	05/01/1924
A penhora da "moralidade"	<i>Careta</i>	19/01/1924
Interesse público	<i>Careta</i>	09/02/1924
Coisas do "sítio"	<i>Careta</i>	09/02/1924